



Universidade
Europea
del Atlántico

ÁREA DE MEIO AMBIENTE

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

**MAPEAMENTO DA LOCALIZAÇÃO DE ESPÉCIES RELEVANTES PARA O
TURISMO DE CONTEMPLAÇÃO NA RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO**

Dissertação para obtenção do grau de:

Mestrado em Auditoria Ambientais

Apresentado por:

Carlos da Piedade Zunguze

[MZMAMGA1522977]

Orientador:

Leonardo Ribeiro Teixeira

MAPUTO/MOÇAMBIQUE

MAIO/2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa:

A Minha esposa que sempre me apoiou e incentivou-me a empreender este desafio para a realização desta etapa.

A Amélia Luís Cossa, a minha mãe que apesar de não ter tido a oportunidade de frequentar uma escola, sabia a importância da escola. Criou condições para a minha frequência.

Ao meu sogro que, infelizmente não está em nós, com quem gostaria de ter tido a oportunidade de partilhar este momento especial, no entanto, acredito que esteja junto do Pai Celestial a nos iluminar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A Chelsea Group Mozambique em particular ao seu Director Geral Chinguane Sebastião Mabote pelo apoio prestado.

A Inspeção da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural que directa ou indirectamente apoiou a realização deste sonho.

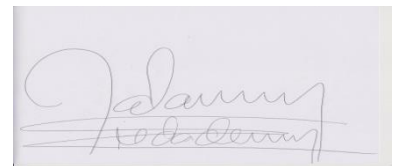
Aos Recursos Humanos do Ministério da Terra Ambiente e desenvolvimento Humano pelo esforço que empreendeu para a realização do trabalho.

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Carlos da Piedade Zunguze, declaro que:

O conteúdo do presente documento é um reflexo do meu trabalho pessoal e manifesto que, diante de qualquer notificação de plágio, cópia ou prejuízo à fonte original, sou responsável directo legal, financeira e administrativamente, sem afectar o orientador do trabalho, a Universidade e as demais instituições que colaboraram neste trabalho, assumindo as consequências derivadas de tais práticas.

Assinatura:

A rectangular box containing a handwritten signature in black ink. The signature is written in a cursive style and appears to read 'Carlos da Piedade Zunguze'.

AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA

[Maputo 27 de Maio]

Att: Direcção Académica

Venho por este meio autorizar a publicação electrónica da versão aprovada de meu Projecto Final com título: Mapeamento da Localização de Espécie Relevantes para o Turismo de Contemplação na Reserva Especial de Maputo, no Campus Virtual e em outras Médias de divulgação electrónica desta Instituição.

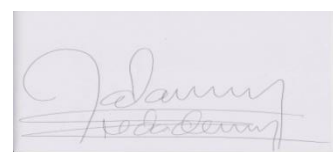
Informo abaixo os dados para descrição do trabalho:

Título	MAPEAMENTO DA LOCALIZAÇÃO DE ESPÉCIES RELEVANTES PARA O TURISMO DE CONTEMPLAÇÃO NA RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO.
Autor	Carlos da Piedade Zunguze e Leonardo Ribeiro Teixeira (orientador.)
Resumo	A pesquisa tem como tema o Mapeamento da localização de espécie Relevantes para o Turismo de Contemplação na Reserva Especial de Maputo e para a materialização do tema definiu-se objectivo geral que é elaborar um guião de identificação e localização das principais espécies presente na REM, os objectivos específicos são identificar as principais espécies e relevantes, mapear lugares e elaborar guião.
Programa	Mestrado em Gestão e Auditoria Ambiental
Palavras-chave	Reserva especial de Maputo, Ecoturismo, Mapeamento, Turismo, Fauna Silvestre.
Contacto	Capize2000@yahoo.com.br.

Atenciosamente,

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	1
MARCO TEÓRICO.....	3



CAPITULO 1. TURISMO DE OBSERVAÇÃO/ CONTEMPLAÇÃO.....	4
1.1. Conceitualização do Turismo, Ecoturismo e Área de protecção Ambiental/Área de conservação	4
1.1.1. Turismo.....	4
1.1.2. Categoria de turismo	9
1.2. Ecoturismo.....	12
1.2.1. Categoria de Ecoturismo	14
1.3. Evolução do Ecoturismo.....	15
1.4. Turismo em Moçambique	16
1.5. Quadro legal do Turismo em Moçambique	17
1.5.1. Perfis regionais de áreas de turismo em Moçambique	18
1.6. Ecoturismo no contexto de Moçambique	19
1.7. Turismo de natureza.....	20
1.7.1. Turismo nas áreas protegidas.....	22
1.7.2. O Potencial do Turismo nas áreas protegidas	26
1.7.3. Observação de baleias	29
CAPÍTULO 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DISTRITO DE.....	33
MATUTUINE E DA RESERVA DE MAPUTO	33
2.1. Caracterização e Localização do Distrito de Matutuíne	33
2.1.1. Clima	33
2.1.2. Vegetação	34
2.1.3. Hidrografia	35
2.1.4. Solo	35
2.1.5. População	35
2.1.6. Economia, potencial paisagístico e turístico	35
2.1.7. Fauna, Recurso Costeiros e Marinhos	36
2.2. Reserva Especial de Maputo	37
2.2.1. Localização	37
2.2.2. Turismo Praticado na Reserva Especial de Maputo.....	38
2.2.3. Relação entre a Comunidade e a REM	40
2.2.3. Movimento de Turistas	41
MARCO EMPIRICO	43
CAPITULO 3. DESENHO METODOLÓGICO.....	44
2.1. Introdução.....	44
3.1.1. Pesquisa qualitativa.....	44
3.1.2. Consulta bibliográfica	44

2.1.3.	<i>Questionário</i>	44
2.1.4.	<i>Colecta de Dados</i>	46
2.1.5.	<i>Tratamento e Análise de Dados</i>	46
2.1.6.	<i>Variáveis</i>	46
2.1.7.	<i>Amostra</i>	47
2.1.8.	<i>Procedimento</i>	48
2.1.9.	<i>Hipóteses de trabalho</i>	48
CAPÍTULO 4: RESULTADOS.....		49
4.1.	Introdução.....	49
4.2.	Resultados da primeira questão do questionário.....	49
4.2.1.	<i>Gestores e colaboradores da REM</i>	50
4.2.2.	<i>Residentes dentro e na zona tampão da REM</i>	52
4.2.3.	<i>Tabela e gráfico dos Turistas e utentes da REM</i>	54
4.2.4.	<i>Números total dos inqueridos Turistas e utentes, Gestores e colaboradores da e residentes dentro e na zona tampão da zona REM.</i>	55
4.2.5.	<i>Resultados da segunda questão do questionário</i>	56
4.2.6.	<i>Resultado da Terceira questão do questionário</i>	56
CAPÍTULO 5: DISCUSSÃO E ANÁLISE.....		57
5.1.	<i>Análise e interpretação da primeira questão do questionário</i>	57
5.2.	<i>Análise e interpretação da segunda questão do questionário</i>	59
5.3.	<i>Análise e interpretação terceira questão do questionário</i>	63
5.3.1.	<i>Mapa da Reserva especial de Maputo e tabela com os principais lugares de observação dos animais</i>	63
5.4.	<i>Principais características e informações dos animais relevantes</i>	67
5.4.1.	<i>Elefante</i>	67
5.4.3.	<i>Zebra</i>	69
5.4.5.	<i>Hipopotamo</i>	72
CAPÍTULO 6: RECOMENDAÇÕES.....		74
CAPÍTULO 7: CONCLUSÕES GERAIS.....		77
7.1.	Introdução.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....		80
Anexos		89
Anexo1		90
Anexo 2.....		92
Horário dos portões.....		92

INDICE DE FIGURA

	Página
Figura1:1:Turistas observando baleia	31
Figura 1.2: zona de observação de baleia.	31
Figura1:3: mapa de localização do Distrito de Matutuíne	33
Figura1.4: vegetação típica do Distrito de Matutuine	35
Figura1.5: mapa de localização da Reserva Especial de Maputo	37
Figura1.6:População de Elefantes na REM	38
Figura1.7: turista em expedição dentro da REM	39
Figura1.8: acampamento de turista na lagoa	39
Figura1.9: Pesquisadores na REM	40
Figura 4:1 Gestores e colaboradores	51
Figura 4:2 Residentes dentro e na zona tampão	53
Figura 4:3 amostra total dos inquiridos	55
Figura 5:1 Animais relevantes preferidos	58
Figura 5:2 Mapa de com pontos de observação dos animais	63
Figura 5:3 Elefante	68
Figura 5:4 Girafa	69
Figura 5:5 Zebra	70
Figura:5:6 Boi-Cavalo	71
Figura 5:7 Hipopótamo	73

INDICE DE TABELA

Tabela1.1: variação da temperatura	34
Tabela1.2: estatística da população de Matutuine no período de 2009 a 2014	35
Tabela 1:3 comunidades residentes na REM	41
Tabela 1:4 movimento de turistas na REM 2018	42
Tabela 4:1 Gestores e colaboradores inqueridos	50
Tabela 4:2residentes dentro e na zona tampão da REM	52
Tabela4:3números e percentagem turistas e utentes inquiridos RE	54
Tabela 4:4 lugar da observação dos animais	56
Tabela 5.3 lugar e hora de observação dos animais relevantes	64

RESUMO

O turismo é uma das actividades que mais progride no mundo, caracterizando-se por um crescimento anual de 12% que movimenta 3,4 triliões de dólares, superando a indústria de armamento, a automobilística e a exploração de petróleo. O ecoturismo/turismo de contemplação é uma modalidade turística que apresenta como principal motivação viajar para áreas naturais pouco modificadas e livres de contaminação, com objectivo de estudar, admirar e desfrutar activamente das suas paisagens, plantas e animais silvestres, assim como manifestações culturais nelas existentes. Moçambique é dotado de uma variedade de sistemas ecológicos que são ricos em espécies endémicas, com elevado potencial para o desenvolvimento do ecoturismo devido à existência de áreas de conservação em todo o país. A Reserva Especial de Maputo (REM) é uma das unidades de conservação da fauna silvestre que pode dinamizar o desenvolvimento do ecoturismo, face à importância, tornou-se na motivação para desenvolver a pesquisa com tema “Mapeamento da Localização de Espécies Relevantes para o Turismo de Contemplação na Reserva Especial de Maputo”. O problema desta pesquisa centra-se na seguinte questão: “Até que ponto o mapeamento da localização de espécies relevantes poderá potenciar o turismo de contemplação? O presente trabalho baseou-se no método qualitativo e na consulta bibliográfica, para a recolha de dados baseou-se num questionário com questões fechadas. Espera-se com este trabalho a elaboração de um guião com principais informações da fauna silvestre existente na REM.

Palavras-chave: REM, Matutuine; Ecoturismo; Mapeamento; Fauna.

ABSTRACT

ABSTRACT Tourism is one of the fastest growing activities in the world, accounting for a 12% annual growth of 3.4 trillion dollars, surpassing the arms' industry, the automobile industry and oil exploration. Ecotourism / contemplation tourism is a tourism modality that has as main motivation to travel to natural areas that are little modified and free of contamination, aiming to study, admire and actively enjoy its wild landscape, plants and animals, as well as cultural manifestations in them. Mozambique is endowed with a variety of ecological systems that are rich in endemic species, with high potential for the development of ecotourism due to the existence of conservation areas throughout the country. The Maputo Special Reserve (REM) is one of the wildlife conservation units that can stimulate the development of ecotourism, given the importance of developing this research with the theme "Mapping the location of species relevant to contemplation tourism in the Reserve Special of Maputo". The problem of this research center's on the following question: To what extent can the mapping of the relevant species location enhance tourism for contemplation? The methodologies to be used for the materialization of this work are the qualitative, the procedure the bibliographic consultation, the instrument of data collection is a questionnaire with closed questions. It is hoped that with this work the elaboration of a script with main information of the existent wildlife in the REM.

Keywords: REM, **Matutuine; Ecotourism; Mapping; Fauna**

1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma das actividades que mais progride no mundo, caracterizando-se por um crescimento anual de 12% que movimenta 3,4 triliões de dólares, superando a indústria de armamento, a indústria automobilística e a de exploração de petróleo (O Neil, 2001).

O ecoturismo subdivide-se em várias modalidades tais como o cultural, o religioso, o de negócios e o ecológico, mas dentre eles, o turismo de observação merece destaque por ser uma das formas emergentes actuais que mais tem chamado a atenção dos naturalistas e ecologistas. Pois a sua prática envolve muitos factores importantes para a preservação e estudos da ecologia nos últimos anos, principalmente em países que ainda possuem áreas naturais.

O turismo de observação é o segmento do ecoturismo onde o eco turista vai para alguma área natural e passa a observar a sua beleza, contemplando-a, ou especificamente algum, ou alguns dos seus elementos como as aves, os mamíferos, como, por exemplo, as baleias.

Esta forma de ecoturismo tem origem no chamado “safari fotográfico”, o qual iniciou por volta dos anos sessenta e é ainda muito comum, notadamente no continente africano onde a fauna permite melhores registos fotográficos (Ramon, 2000). Todavia, um dos factores principais que propicia o desenvolvimento do turismo de observação é o aumento da consciencialização ecológica com a consequente preservação de áreas naturais, propiciando campo e oportunidades para esta actividade.

O ecoturismo/turismo de contemplação é uma modalidade turística que apresenta como principal motivação viajar para áreas naturais pouco modificadas e livres de contaminação, com objectivo de estudar, admirar e desfrutar activamente das suas paisagens, plantas e animais silvestres, assim como manifestações culturais nelas existentes.

Moçambique é dotado de uma variedade de sistemas ecológicos que são ricos em espécies endémicas, com elevado potencial para o desenvolvimento do turismo de contemplação motivado pela existência de áreas de conservação em todo o país.

A Reserva Especial de Maputo (REM) é uma das unidades de conservação da fauna silvestre com um potencial para dinamizar turismo de contemplação. As potencialidades da REM tornaram motivação para desenvolver esta pesquisa com tema “Mapeamento da Localização de Espécies Relevantes para o Turismo de Contemplação na Reserva Especial de Maputo”.

O problema desta pesquisa centra na seguinte questão, até que ponto o mapeamento da localização de espécies relevantes poderá potenciar o turismo de contemplação? A metodologia a

ser usadas para a materialização deste trabalho é a qualitativo, tendo como procedimento a consulta bibliografia. Para recolha de dados usar-se-á o questionário dirigido aos gestores da REM, aos turistas e a comunidade através de um formulário com questões fechadas. Espera-se com este trabalho um mapa/guião com principais informações da fauna silvestre, a sua localização e a hora de observação. Este trabalho contribuirá no incremento de visitantes a REM e consequentemente aumento de receitas para a Reserva e da renda das comunidades.

A pretensão de realizar esta pesquisa é a elaboração de um instrumento que possa dinamizar ou contribuir para o fluxo de turistas na REM. Com o fluxo haverá o aumento de renda, de posto de trabalho e melhoria da vida da comunidade. O guião, produto da pesquisa facilitará a localização das espécies em função do lugar e a hora da sua observação.

Os objectivos traçados para a realização da pesquisa foram divididos em objectivo geral e objectivos específicos. Objectivo geral é elaborar um guião de identificação e localização das espécies mais relevantes para o turismo de contemplação na REM. Os objectivos específicos são identificar as espécies mais relevantes para o turismo de contemplação na REM, mapear os lugares identificados com uso GRPS e elaborar o guião contendo as principais informações sobre espécies mais relevantes para o turismo de contemplação na REM.

Este trabalho encontra-se estruturado na seguinte forma. Após a uma breve introdução, o Capítulo 1 faz a contextualização do Distrito de Matutuíne e da Reserva Especial de Maputo, com enfoque ao clima, a vegetação e a economia do distrito e no que tange a REM, a sua localização e as actividades realizadas em prole do desenvolvimento do turismo.

O capítulo 2 aborda o desenho metodológico, os variáveis, a amostra, matérias e métodos, procedimentos e a hipótese do trabalho.

O capítulo 3 apresenta resultados do questionário em vários extractos dos inquiridos (colaboradores e gestores da reserva, os residentes dentro e na zona tampão, os utentes e turistas).

O capítulo 4 discute e analisa os resultados com auxílio do programa de estatística descritiva com recurso a Microsoft Excel.

O capítulo 5 aponta as principais recomendações do trabalho.

Capítulo 6 conclusões onde aborda a síntese do conjunto de resultados discutidos.

MARCO TEÓRICO

CAPITULO 1. TURISMO DE OBSERVAÇÃO/ CONTEMPLAÇÃO

1.1. Conceitualização do Turismo, Ecoturismo e Área de protecção Ambiental/Área de conservação

1.1.1. Turismo

As palavras turismo e turista são frequentemente associadas a férias, lazer, descanso ou viagens cuja motivação se relaciona com a busca de actividades que permitam escapar da rotina diária. É neste sentido que no decorrer dos anos, tem surgido diferentes contribuições na tentativa de definir o turismo. As primeiras definições do turismo surgiram em 1910 com o austríaco Herman Von Schullern, segundo o qual o turismo é a total das operações, principalmente de natureza económica, que estão directamente relacionadas com a entrada, estadia ou o movimento de estrangeiros dentro de um determinado país, cidade ou região. Esta definição destaca apenas os aspectos económicos e restringe o turismo aos estrangeiros, uma vez que naquela altura eram vistos apenas como viajantes.

Segundo Cunha (2010), a percepção do turismo como uma nova actividade humana geradora de múltiplos efeitos foi-se formando lentamente, mas é no período de transição do século XIX para o XX que surgem as primeiras tentativas da sua definição. Inicialmente são os filósofos — Montaigne (1581), Locke (1679) ou Francis Bacon (1612) — que evidenciam os aspectos educativos e instrutivos das viagens e, bastante mais tarde são os escritores que dão conta dos seus efeitos económicos.

É o caso do francês Stendhal (1830), considerado o introdutor da palavra “touriste”, ou do português Alexandre Herculano (1938) que, quase em simultâneo, evidenciam os ganhos que os países obtêm pelas visitas de estrangeiros para desfrutar das paisagens (o primeiro) ou dos monumentos (Cunha, 2010).

De acordo com (Litré, cit. Boyer, 2002), acrescenta que durante muito tempo os turistas eram os “viajantes ingleses que se deslocavam a França, Itália ou Suíça” apenas por motivos de instrução, curiosidade e descontração, mas à medida que as viagens se foram a alargar a outras nacionalidades e a outros motivos, geraram-se duas alterações profundas:

- a) Em primeiro lugar, as viagens deixaram de ser apenas itinerantes (nomadismo) para terem um carácter também sedentário originando a criação de destinos turísticos como espaços organizados com o fim de atrair e receber visitantes temporários e,

- b) Em segundo lugar, o alargamento dos motivos de viagem (repouso, saúde, diversão) aumentou o número dos viajantes que passavam a ser considerados também como turistas.

Conforme (Beni, 2005), acrescenta que o turismo emerge, então, como actividade económica e começa a sentir-se a necessidade de o identificar por forma a ajudar à sua compreensão e à sua caracterização, ou seja, de o definir. É, no entanto, a partir do nascimento do turismo moderno, nos anos cinquenta do século passado que surge a necessidade da sua definição. Segundo um ponto de vista técnico, estatístico, e depois, do ponto de vista conceptual para delimitar o seu âmbito e compreender o seu funcionamento. Desde então têm-se multiplicado as definições havendo “tantas quantas os autores que tratam o assunto”, o que encontrará justificação no “facto de o turismo se encontrar ligado, praticamente, a quase todos os sectores da actividade social humana”.

Segundo (Tribe, 1997), do ponto de vista técnico há um longo caminho percorrido, em regra sob os auspícios da ONU, mas é duvidoso que as definições oficialmente em vigor, e que servem de orientação às organizações governamentais, possam ser duradouras pelas ambiguidades que contêm. Do ponto de vista conceptual algumas dão primazia aos aspectos económicos, outras aos sociais e culturais, outras aos antropológicos e outras ainda aos geográficos, mas “o turismo pode ser entendido para envolver uma larga área de fenómenos.

De acordo com (Theobald, 2001), a variedade das definições existentes não devem ser desprezadas porque podem contribuir para encontrar um conceito para fornecer o arcabouço teórico para identificar as características essenciais do turismo. O estado actual, não ajudam à credibilização científica do turismo e muito menos à sua aceitação como disciplina ou ciência. Pelo contrário, são causa de confusão, de dificuldade de compreensão e, muitas vezes, ajudam a emprestar seriedade a actividades que reclamam reconhecimento político ou aceitação por parte da opinião pública obtendo a qualificação de “turísticas” que uma análise rigorosa recusaria.

Para (Tribe, 1997, conhecimento do turismo tem registado uma evolução muito positiva e passou a interessar a investigadores de variadíssimos ramos do saber de todos os continentes, mas não se reduziram os vários significados que ao turismo se atribuem. Por isso, a análise epistemológica do turismo continuará a ser “objecto de confusão a não ser que seja feita uma distinção clara entre os vários significados do turismo”. O que será útil, contudo, não é o de “vários significados”, mas antes o de conseguir um significado que convenha a todos os investigadores seja qual for o seu ramo de conhecimento.

O turismo é uma viagem de pessoas para recreação e outros afazeres por um período prolongado fora dos seus “habitats”. O turismo é uma actividade que bem estruturada pode melhorar o bem-estar das comunidades através das suas receitas, proteger o ambiente, valorizar os hábitos e costumes deles (WWF, 2003). Afirma ainda Dias (2005) que o viajante está definido como qualquer pessoa que viaje de um lugar que não seja aquele do seu meio habitual por um período de menos de 12 meses e cuja finalidade ao viajar, seja alheia ao exercício de uma actividade remunerada no lugar que visite.

O turismo é uma actividade complexa, dinâmico, actua de diversas formas, isso faz com que o seu estudo seja difícil numa única direcção. Para estudá-lo é necessário conhecer as diversas formas, a sua actuação e a sua manifestação (Portuguez e Júnior, 2012).

Conforme Dutra (2003), define o turismo como um fenómeno económico, social e cultural que envolve movimentos de pessoas e (OMT, 2001) considera o turismo como actividade que realizam as pessoas durante as suas viagens e estadias em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras e ainda considera que o turismo tem um complexo carácter multidisciplinar que pode apresentar diferentes interpretações.

O turismo é uma actividade económica que conceitua o desenvolvimento como processo ecologicamente viável e socialmente justo, em termos de gerações presentes e futuras (Almeida, 1993). O turismo é um conjunto de resultados de carácter económico, financeiro, político, social e cultural produzido numa localidade, decorrente do relacionamento entre os visitantes e os locais visitados, durante a presença temporária de pessoas que se deslocam do seu local habitual de residência de forma espontânea e sem fins lucrativos (Oliveira, 2002).

O turismo ganhou centralidade como gerador de dividendos não só para algumas cidades, regiões e países onde empresa de diferentes portes e aportes financeira estão envolvidas, mas também para empreendimentos de pequeno porte onde actividade actua como vector de obtenção por seguimentos de baixa poder aquisitivo. Para enfatizar isto organization, W. T. (2016) afirma que ao longo das últimas seis décadas que o turismo expandiu e diversificou continuamente para se tornar um dos sectores económico e de mais rápido crescimento.

De acordo com Santos & Santos (2011), afirmam que embora o turismo seja visto como um importante fenómeno socioeconómico da sociedade moderna, esta actividade cresce de maneira acelerada. Todavia na contemporaneidade, o turismo alcançou relevância como actividade económica, sendo considerada uma das principais fontes de geração de divisas, tendo alguns lugares uma dependência quase que exclusiva.

De acordo com UNWTO (2016), de forma peremptória que ao longo das últimas seis décadas, o turismo expandiu-se e diversificou continuamente para se tornar um dos maiores sectores económicos e de mais rápido crescimento do mundo.

Em 2011, a contribuição total de viagens e turismo para o produto interno bruto (PIB) do mundo foi de cerca de US\$ 6 bilhões (9% do PIB), com crescimento esperado para US\$ 10 bilhões até 2022 (WTTC, 2012). O turismo ganhou centralidade como gerador de dividendos não só para algumas cidades, regiões e países onde empresa de diferentes portes e aportes financeiros estão envolvidas, mas também para empreendimentos de pequeno porte, onde a atividade atua como vector de obtenção de renda por segmentos de baixo poder aquisitivo, contribuindo assim para a manutenção de agrupamentos sociais diversificados.

Em 2007, a receita internacional do turismo em países em desenvolvimento totalizava cerca de 310 bilhões de dólares, sendo o turismo um dos maiores sectores de exportação destes países e a fonte primária de ganhos de origem externa em 46 dos 49 países menos desenvolvidos (UNWTO, 2012).

Segundo (Alves et al., 2013), considera que em muitas regiões do planeta, o turismo é apontado como um dos maiores meios de transferência voluntária de recursos das pessoas ricas para as pobres. Por outro lado, e por outro, as actividades turísticas não são apenas componentes importantes de muitas economias nacionais e locais.

Para (Wood et al., 2013), é de opinião que, as transferências contribuem de diversas maneiras para a qualidade de vida, o sentido de pertencer ao lugar, a conexão social, o bem-estar físico e a aprendizagem, no entanto. Conforme Simonetti (2015), o turismo caracteriza-se como uma prática social dinâmica, imbricada num contexto de relações e inter-relações, que pode tanto dinamizar quanto tornar dependentes grupos sociais e se apropriar de territórios. Sob esta perspectiva, esta atividade tem o potencial de seguir duas trajetórias contrapostas entre si: uma impulsionando a emancipação dos seus envolvidos, e outra gerando dependência e mesmo aportando práticas predatórias.

Na senda do mesmo pensamento, por sua vez Lobo e Moretti (2008), afirmam que o turismo, assim como outras actividades antrópicas, também gera impactos negativos, principalmente quando realizado de forma descontrolada e concentrada no tempo e no espaço.

O turismo é um agente indutor do desenvolvimento transversal e da evolução da sociedade. Economicamente é um dos sectores que mais cresce a nível mundial e oferece mais oportunidades de investimentos e de sucesso, enfatizando esta progressão, em particular, nos países em via de

desenvolvimento. Influencia no bem-estar das comunidades dos países em desenvolvimento. Uma parte das receitas desses países na ordem dos 10% provém da prática desta actividade (O Neil, 2001).

Os deslocamentos inerentes ao movimento do turismo e a inter-relação de pessoas de diversos lugares provocam transformações rápidas e grandes que se caracterizam por uma readaptação dos espaços para abrigar um novo processo produtivo com vistas ao mercado.

O turismo na sociedade contemporânea pode ser considerado como conjunto de actividades económicas diversas que englobam os transportes, os meios de hospedagem, as agências de viagens e as práticas de lazer, além de outras acções que produzem riquezas e geram emprego em muitos países (Rodrigues, 2002).

Na concepção de Lima (2011), considera o turismo como uma actividade empreendedora, que ao difundir-se pelo Mundo consegue ter uma dinâmica própria que a permitiu adaptar-se aos vários contextos sociopolíticos, económicos e culturais ao longo da sua história e do Mundo. Ainda citando Lima (2011), foi facilitada por acções de gestão, de capacidade organizacional e de planificação metódica, o que foi a exigir um maior nível de profissionalização da actividade turística.

O turismo é o mecanismo sobre qual as comunidades podem buscar o passado dos seus antepassados e com conhecimento deste inovar e transcender como desenvolvimento (Portuguez e Júnior, 2012. P.167). O turismo funciona como um “motor” das economias, agregando princípios base de genuinidade, tradição, cultura e de novas estratégias de gestão e organização do sector.

Conforme Lobo & Moretti. (2008), argumentam que o turismo, assim como outras actividades antrópicas trazem impactos negativos quando elas se realizam de uma forma descontrolada e concentrada.

A definição considerada mais esclarecedora foi apresentada por Mathieson & Wall (1982), considerando turismo como o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as actividades desenvolvidas durante a permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades. Além de incluir as deslocações de pessoas e as relações criadas nos lugares visitados, esta definição abrange ainda a oferta e a procura.

De acordo com a OMT (1999), deu a conhecer a definição oficial segundo a qual o turismo compreende as actividades desenvolvidas por indivíduos no decurso das suas viagens e estadas em

locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano para fins recreativos, de negócios e outros.

Apesar da versão oficial apresentada pela Organização Mundial do Turismo, as discussões em torno do turismo estão longe de terminar e é com o intuito de encontrar uma definição consensual que alguns autores optaram por explorar o conceito segundo a procura e a oferta.

Do lado da procura, pode-se considerar que o turismo abrange todas as deslocações de pessoas, quaisquer que sejam as suas motivações, que dêem origem a consumos, durante a sua deslocação e permanência temporária fora do seu ambiente habitual, de valor superior ao rendimento que, eventualmente auferam em locais visitados (Cunha, 2006, p. 21).

1.1.2. Categoria de turismo

Para praticar o turismo não é necessário pertencer à alta sociedade. A prática do turismo não depende do estatuto da pessoa, mas sim da sua disponibilidade, rendimento e a motivação (Dinis, 2005).

A diferenciação, ou seja, “a identificação” do turismo resultam das motivações e das intenções dos viajantes podendo seleccionar-se uma enorme variedade, dada a grande diversidade dos motivos da viagem (Cunha, 1997). A motivação traduz-se em diversidade de turismo.

De acordo com Cunha (2006), as actividades turísticas podem ser classificadas em actividade características do turismo e em não características ou conexas, sendo que as primeiras incluem as actividades que se destinam apenas à satisfação das necessidades de turistas ou são influenciadas pelos turistas devido à sua importância (transportes, agências de viagens, alojamento, restauração e bebidas, serviços de animação). Por seu turno, as actividades não características ou conexas destinam-se maioritariamente aos residentes, mas são também consumidas pelos turistas, como é o caso dos supermercados, comércio e teatro.

As várias formas de turismo estão relacionadas com a disponibilidade, com o rendimento e a motivação. O turismo é uma alternativa de desenvolvimento, sendo assim é necessário conhecer o tipo praticado na região e só assim pode se alavancar a economia (Guambe, 2007). Assim sendo distinguem-se as seguintes formas do turismo:

O Turismo religioso, diferente de todos os outros seguimentos de mercado do turismo, tem como motivação fundamental a fé. Estando, portanto, ligado profundamente ao calendário religioso

da localidade receptora do fluxo turístico. Esta tipologia de turismo está fundamentalmente ligada à história da actividade, sendo o seguimento que mais contribuiu em número para a actividade turística ser considerada inviável por causa da insegurança.

1.1.2.1. *Turismo de Massa/Sol*

O Turismo de massa também chamado de sol e praia é o mais convencional, passivo e sazonal sendo que a sua criação está ligada à consolidação do capitalismo que propicia o surgimento do seu público-alvo, a classe média. É normalmente menos exigente e desprovido de conforto, pois é um segmento turístico voltado para a classe intermediária da sociedade e tem como característica principal o baixo custo.

Segundo é uma das actividades mais exercidas pela população mundial onde pessoas viajam para vários lugares em busca de cultura, lazer e diversão. Acrescenta-se ainda que esta categoria de turismo é caracterizado por pessoas que buscam conhecer lugares tradicionais, com custos acessíveis, mas sem largar mão do luxo, conforto e comodidade durante a viagem (MUÑOZ, 1993)

1.1.2.2. *Turismo Cultural*

É certo que o conceito de cultura é extremamente amplo, entretanto quando falamos de Turismo cultural este obtém uma conotação restritiva. O termo Turismo Cultural designa uma modalidade de cuja motivação do deslocamento tem como o objectivo de encontros artísticos, científicos, de formação e de informação. O Turismo Cultural caracteriza-se por uma permanência prolongada e um contacto mais “íntimo” com a comunidade, ocorrendo viagens menores e suplementares dentro da mesma localidade com o intuito de aprofundar-se na experiência cultural.

Para o turismo cultural é visita de pessoas de fora da comunidade receptora motivada no todo ou em parte por interesse em aspectos históricos, artísticos, científicos ou de estilo de vida e de herança oferecidos por uma comunidade, região, grupo ou instituição.

Na concepção de Silberberg (1995), argumenta que motivação, por parte de um turista, em viver experiências culturais em determinado destino pode resultar em visitas ao património edificado local ou na simples observação de como um grupo de pessoas relaciona-se à mesa para um chá ou café.

De acordo com Poria, Butler e Airey (2003), afirmam ainda que objectos nunca podem ser vistos de forma directa, mas apenas através de representações marcadas por construções sociais e signos pessoais.

Para Poria, Butler e Airey (2003), consideram que não existiriam histórias ou interpretações autênticas, já que toda narrativa é subjectiva, aqui, turismo cultural é definido através da classificação de experiências pessoais como culturais, e não em termos do acesso a objecto e lugares supostamente impregnados de valores históricos, artísticos e culturais.

1.1.2.3. Turismo de Eventos

O Turismo de eventos é entendido como a deslocação de pessoas que queiram participar em eventos com enfoque no enriquecimento técnico, científico ou profissional, cultural incluindo ainda o consumo. Tem como principais subcategorias o Turismo de congresso e o de convenção.

De acordo com Marujo (2014b), considera que desenvolvimento do turismo de eventos é uma realidade incontestável e evidente em todo o mundo, ele surge como uma “arma” para desenvolver turisticamente uma região, identificar um destino, melhorar a imagem de um lugar e combater a sazonalidade.

Os eventos criam oportunidades para a viagem, aumentam o consumo e promovem o desenvolvimento, justificando a luta constante por parte das entidades governamentais na captação de eventos nacionais e internacionais (Marujo, 2014a).

Segundo (Goldblatt, 2008), Os eventos não ajudam somente a estabelecer a qualidade de um lugar, eles também transformam comunidades por estes motivos. Enquanto (Brito e Fontes, 2002) consideram que o evento deve ser pensado como uma actividade económica e social que gera uma série de benefícios para as comunidades promotoras, para os empreendedores e para o comércio.

Os eventos permitem que uma região ou comunidade comemore a sua singularidade, que se promova, que desenvolva o orgulho local, e que melhore o seu bem-estar económico (McIntosh *et al*, 1995: 156). Conforme Hall (1992), refere que os eventos auxiliam no desenvolvimento ou manutenção da identidade comunitária ou regional.

1.1.2.4. Turismo Ecológico

O ecoturismo é uma forma de turismo voltada para a apreciação de ecossistemas no estado natural, com a vida selvagem e a população nativa intacta. Embora o trânsito de pessoas e veículos seja agressivo ao estado natural desses ecossistemas, os defensores desta prática argumentam que, complementarmente, o ecoturismo contribui para a preservação e desenvolvimento sustentado das populações locais, com o melhoramento da qualidade de vida.

1.1.2.5. *Turismo de Contemplação*

O turismo de contemplação é um ramo do ecoturismo que tem como um dos seus instrumentos a interpretação ambiental. Esta envolve a satisfação, o interesse e compreensão do meio ambiente, assim como a permissão humana de viver e sentir a essência da natureza usufruindo-se dos seus recursos de forma harmónica e sustentável. Inúmeros podem ser os elementos de contemplação na natureza, tais como paisagens, sons, cores, formas, grupos vegetais e os mais diversos animais.

1.2. Ecoturismo

Segundo Drumm e Moore (2003), argumentam que o ecoturismo é um conceito relativamente novo, e, por norma, ainda mal compreendido e mal utilizado. Os mesmos autores consideram que algumas pessoas têm abusado desse termo para atrair viajantes conscientes da causa conservacionista para o que não passa, de simples programas de turismo voltado à natureza que podem causar impactos ambientais e sociais negativos.

Embora o termo tenha sido ouvido pela primeira vez na década de 80, esta foi largamente aceita, e que continua a ser concisa e válida, foi criada pela Sociedade Internacional de Ecoturismo (The International Ecotourism Society — TIES) em 1990 (Drumm e Moore, 2003).

O aparecimento do ecoturismo e o seu acelerado crescimento tem raízes na insatisfação gerada pelo turismo convencional de massa muito criticado pelo fato de dominar a actividade dentro de uma região, da sua orientação não local e pelo facto de contribuir muito pouco para o desenvolvimento das populações nativas, uma vez que permanece nele a menor parte de valor gasto, e gera mais recursos, associado ao aumento mundial da consciência ambiental, contribuindo para aumentar a demanda por experiências mais autênticas, baseadas na natureza e em aspectos culturais, tendo como destino, países em crescimento, possibilitando, inclusive, uma alternativa económica a outra prática.

De acordo com Macamo (2014, p.70), afirma que o Ecoturismo como um segmento do turismo que se distingue das restantes formas de turismo sustentável por agrupar um conjunto de princípios que visam a preservação dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais e a sensibilização do visitante para questões ligadas a área visitada. O ecoturismo, uma actividade promissora de desenvolvimento de regiões com carências económicas e pela sua natureza, incentiva o aumento da criação de pequenos e médios negócios, incrementa a produção de bens e serviços, cria empregos e receitas locais, em suma, envolve um mercado bastante amplo e permanente dos turistas estrangeiro e domésticos.

Conforme Dias (2008), diz que existem imprecisões do termo Ecoturismo, há muitos termos e expressões utilizados onde alguns consideram como sinónimos, ou explicativas, por exemplo, turismo de natureza, turismo orientado ou baseado na natureza, turismo de áreas naturais, turismo verde, alternativo, turismo rural e etc.

Para o governo de São Paulo (2010), explica que o Ecoturismo no seu conceito alargado que é o segmento que mais cresce no mundo. Este crescimento está relacionado ao aumento da consciência ambiental da sociedade, principalmente da sociedade a partir das últimas décadas do século XX, quando os turistas passaram a se relacionar de forma diferente com local visitado buscando ambiente natural conservado e um maior envolvimento da comunidade local.

O Ecoturismo é uma actividade turística que utiliza, de forma sustentável, o património natural e cultural, buscando nele o incentivo da conservação e educação na consciência ambiental promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994).

O Ecoturismo não é somente uma viagem orientada para natureza, mas também constitui uma nova concepção da actividade, que tem como objectivo melhorar as condições de vida das populações receptora, ao mesmo tempo, em que preserva os recursos e o meio ambiente, compatibilizando a capacidade de carga e a sensibilidade de um meio cultural com prática turística (Dias, 2003).

O Ecoturismo não se pode entender como viagem à natureza, este é uma forma nova do turismo, e com ele pode-se melhorar as condições de vida das comunidades, protege os recursos e o ambiente (Marulo, 2012).

Para OMT (2003), o Ecoturismo é uma forma de turismo baseada na natureza, com grandes ênfases na conservação do meio ambiente incluindo a diversidade biológica, os sistemas de vida selvagem e ecológicos, ressaltando a importância da educação do turista quanto ao meio ambiente e ao modo de conservá-lo.

Segundo Cavalcante (2006), para que uma actividade se considere como Ecoturismo são necessárias quatro condições básicas nomeadamente respeito às comunidades envolvidas, envolvimento económico efectivo das comunidades locais, respeito às condições naturais do meio ambiente e interacção educacional.

O Ecoturismo como qualquer outra actividade económica, pode produzir impactos — positivos ou negativos — sociais, económicos e ambientais (OLIVEIRA, 2005). Os impactos são decorrentes do modo como se planeia, implanta e monitora. Um planeamento turístico deve maximizar os benefícios socioeconómicos e minimizar os custos, visando o bem-estar da comunidade receptora e a rentabilidade dos empreendimentos do sector.

De acordo com CEBALLOS-LASCURÁIN (1993). Ecoturismo é a modalidade turística que apresenta como principal motivação viajar para áreas naturais pouco modificadas e livres de contaminação, com o objectivo de estudar, admirar e desfrutar activamente das suas paisagens, plantas e animais silvestres, assim como das manifestações culturais nelas existentes. Para Mayo (1992), é o turismo dedicado ao desfrute da natureza de forma activa e com o objectivo de conhecer e interpretar os valores naturais e culturais existentes, em estreita interacção e integração com as comunidades locais e com um mínimo impacto sobre os recursos.

Segundo o OLIVEIRA (2005), afirma que o Ecoturismo não é a salvação, mas sim uma alternativa para as pequenas comunidades carentes de melhores condições de vida num ambiente frágil, em que a preservação da natureza seja propulsor ao desenvolvimento proporcionando aumento da qualidade de vida.

Conforme o Chávez e Rosebal (1992), estes visualizam no Ecoturismo os sentidos económicos, ecológico e social. Económico porque é sem dúvida um negócio. Ecológico, no sentido de actuar como instrumento para defender áreas silvestres que de outra forma talvez não receberia uma adequada protecção; e social porque permite melhor que as outras categorias de turismo, uma proximidade cultural com as povoações dos lugares visitados, desenvolvendo-se principalmente em Parques Nacionais e outras categorias de áreas silvestres protegidas.

1.2.1. Categoria de Ecoturismo

Dependendo da actividade que se vai realizar, distinguem-se as seguintes categorias:

- ✓ Ecoturismo científico que tem como objectivos estudos e pesquisas científicas em diversos ramos de ciências;
- ✓ Educativo que faz a observação da vida selvagem, a interpretação da natureza, a orientação geográfica e a observação astronómica;
- ✓ Recreativo que se relaciona com a caminhada, acampamentos, contemplação da paisagem, banhos e mergulhos;
- ✓ De Aventura Montanhismo, expedições, contactos com culturas remotas.

1.3. Evolução do Ecoturismo

É um fenómeno característico do final do século XX e início do XXI. Pode-se dizer convictamente que as raízes deste segmento do turismo encontram-se na natureza, esta constitui o palco da actividade. O turismo realizado ao ar livre foi a actividade progenitora desta modalidade.

Os primeiros ecos turistas foram aqueles que há um século chegaram aos parques americanos como o de Yellowstone, os que escalaram a Himalaia e outros montes, enfim, pesquisadores como Charles Darwin, desportistas e aventureiros que fazendo do meio ambiente o cenário para realização das suas actividades também se preocupavam com a preservação da natureza.

No entanto, era uma preocupação passiva, essas actividades não possuíam o intuito de ser um meio de preservação. Também é óbvio que no passado, esses pesquisadores ou aventureiros ocasionais não provocaram nenhum impacto socioeconómico significativo como acontece agora.

O século XX vislumbrou a evolução do ecoturismo além da mudança significativa das excursões às áreas naturais. O maior exemplo disto é observado na África. Os safaris de caça que se realizavam no começo do século XX com o intuito de capturar grandes cabeças de animais como rinocerontes, leões ou elefantes, dizimavam muita população desses animais ano após ano.

Com o passar das décadas foram substituídos por safaris fotográficos que já eram comuns nos anos 60. Percebeu-se que esses animais vivos eram mais lucrativos do que mortos. Para que o ecoturismo alcançasse as dimensões hoje alcançadas o trabalho das Organizações Não Governamentais (ONGs) também foi fundamental. Outro grande impulsionador do turismo ecológico foi sem dúvida os documentários em vídeo sobre viagens e sobre a natureza, populares nos finais da década de 70.

De acordo com Alves. C (2009.p. 42), conceitua que o ecoturismo está associado a ecologia, meio ambiente e turismo. É uma forma de turismo voltada para a apreciação de ecossistemas no seu estado natural, com a sua vida selvagem e a sua população nativa intacta. O termo Ecoturismo pressupõe um modelo ideal da actividade, fundamentado no desenvolvimento equilibrado de forma a utilizar o potencial turístico do local para gerar riqueza (economicamente viável), a par da manutenção e valorização das qualidades ambientais da região (ecologicamente sustentável).

1.4. Turismo em Moçambique

A actividade turística em Moçambique assumiu-se enquanto actividade económica importante na década de 50, sob o regime colonial, tendo sido regulamentado e estabelecidos na mesma altura os primeiros centros de informação turística. No início dos anos 60 foram criadas as primeiras 18 zonas de turismo, porém, apenas nos anos 70 o sector registou um crescimento significativo que se estendeu até 1975, ano da independência nacional.

Historicamente, Moçambique conquistou a posição de destino turístico de primeira classe em África e este sector jogava um papel importante na economia do País. O turismo desenvolveu-se em torno de 3 temas: as praias, a fauna e o ambiente dinâmico oferecido pelos centros urbanos e concentrava-se principalmente nas zonas Sul e Centro do País. O produto faunístico encontrava-se muito desenvolvido e o Parque Nacional de Gorongosa era considerado uma das melhores reservas de animais de África Austral e a caça nas coutadas, na zona Centro, possuía padrão internacional.

Conforme Guambe (2007), afirma que a regulamentação do Turismo em Moçambique data dos anos 50 e em 1962 criaram-se as primeiras zonas de turismo. Em 1973 inicia a diversificação do turismo através da prática de campismo em parques de safaris. O mesmo autor afirma ainda que a queda da actividade inicia em 1975, após a independência de Moçambique devido à conjuntura política e a guerra civil que destruiu infraestruturas turísticas, assim como a perda da flora e fauna bravia. Com fim da guerra, foram desenvolvidos vários programas com intuito de potenciar este sector.

Segundo MITUR (2004), diz que Turismo é uma actividade perceptível e encontra-se em evolução desde o fim da guerra dos 16 anos (guerra civil). A aposta no sector do turismo pelo governo como alternativa para redução do desemprego, como fonte de arrecadação de receita e redução da pobreza. Como prova disso é o trabalho que o governo tem realizado ao planificar o turismo ao nível nacional, de forma a proporcionar o crescimento equilibrado e sustentável da actividade.

DINATUR (2012), argumenta que desde a reintrodução do turismo em Moçambique, o País tem registado um crescimento gradual de número de visitantes. A título de exemplo de 2004 a 2009, de 400 mil visitantes em 2004, chegou-se em 2009 a 2.500.000 turista. As projecções indicam o contínuo crescimento. O sector de turismo agora tem características específicas que compreendem nomeadamente estrutura pouco diversificada, maioria dos empreendimentos turísticos estão localizados na zona costeira no sul do país, com excepção das áreas de conservação.

Segundo os dados do MITUR (2008), a actividade turística em Moçambique encontra-se concentrada no sul do País, a cidade de Maputo e as provinciais de Maputo, Gaza e Inhambane

detém 50% da capacidade total de estabelecimentos registados e 65% do total das camas, e em 2001 de 60% das dormidas do País foram vendidas em Maputo Cidade.

O turismo tem estado a registar avanços significativos, tendo nos últimos anos (período 1998 – 2004) respondido com 16% de aplicações de investimentos totais de Moçambique. Com um investimento total de 1,3 bilhão USD, o turismo passa a ser o 3.º maior sector em investimentos no País. Em 2004 Moçambique recebeu 414,925 turistas internacionais, os quais representaram 58.35% do total de 711,060 viajantes.

O turismo doméstico compreende as viagens de visitas a familiares por ocasião da Páscoa, Natal e fins-de-semana longo, de funcionários públicos em serviço, de homens de negócios, etc. Nota-se um fluxo cada vez crescente de movimentação de cidadãos nacionais para pontos turísticos, como Inhambane, Ponta De Ouro, Pemba e Bilene.

Agora, o Turismo Regional é o mercado mais importante para Moçambique. Compõe-se por turistas africanos provenientes dos países vizinhos. O Mercado Regional representou 86% dos turistas estrangeiros que entraram em Moçambique em 2004.

Os principais países emissores do Turismo Regional para Moçambique são: África do Sul, Zimbabwe, Malawi e Suazilândia e, que representaram 64% do total de turistas africanos que entraram no país em 2004. Os principais países emissores do Turismo Internacional para Moçambique em 2004 foram: Portugal, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, Holanda, França, Itália, Índia, Paquistão e China. Estes dez países representaram em conjunto, 80% do total de turistas internacionais.

1.5. Quadro legal do Turismo em Moçambique

Desde 1994, que o Governo moçambicano tem aprovado diversas políticas sectoriais e uma legislação com vista a garantir a gestão racional dos recursos naturais, que por sua vez representa a base da actividade turística. Das políticas e legislação relacionadas com o turismo, destacam-se as seguintes: programa Nacional de Gestão Ambiental (1995); política e Estratégia Nacional de Floresta e Fauna Bravia (1995); lei de Terras (1997); lei do quadro ambiental (1997); lei de florestas e fauna bravia (1999); política do turismo e estratégia da sua implementação (2003); lei do turismo (2004); lei de pescas; lei de investimento. De forma a assegurar o desenvolvimento sustentável, em 1997, o Conselho de Ministros, com base a Lei do Ambiente, criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES). Por conseguinte, todos os projectos de

empreendimentos turísticos estão sujeitos a avaliação de impactos ambientais por parte do Ministério do Ambiente.

1.5.1.Perfis regionais de áreas de turismo em Moçambique

1.5.1.1.Região Sul

Possui 50% da capacidade total dos estabelecimentos turísticos e cerca de 65% do total de camas. A cidade de Maputo detém as melhores infra-estruturas turísticas do país e é a mais desenvolvida como de turismo de lazer e de negócios. O turismo de lazer tem-se desenvolvido ao longo de toda a região sul, nas praias de Ponta de Ouro, Ponta Malongane, Macaneta, Bilene e Xai-Xai. Nos últimos anos, a cidade de Maputo tem registado um crescimento acelerado com oferta de alojamento, embora a maior parte dos empreendimentos turísticos tenham sido construídos na província de Inhambane, com polos de desenvolvimento em Vilankulos, Bazaruto e ao longo da costa da cidade de Inhambane.

1.5.1.2.Região Centro

O Parque Nacional da Gorongosa foi uma das mais notáveis reservas de animais da África Austral, sendo a caça nas coutadas apontadas como sendo uma das melhores do mundo, contudo, com a guerra civil, vários animais e espécies foram extintos. A cidade da Beira é a segunda que detém uma importância económica regional, uma vez que possui um porto que estabelece a ligação entre Moçambique e os países vizinhos. Apesar do centro do país possuir 18% da capacidade total do alojamento do país, as condições de alojamento na região centro não são das melhores, acrescido a esta situação está a falta de água canalizada e de pessoal qualificado. Até ao momento a província de Manica não possui alojamento em condições adequadas, já a cidade de Quelimane possui apenas um hotel de qualidade sob a gestão do Estado, cuja oferta de serviços é razoável, mas a preços elevados. De modo geral a Região Centro possui poucas opções em alojamento, preços bastante elevados e recursos humanos com pouca qualificação, a única alternativa de que as cidades dispõem são as pensões.

1.5.1.3.Região Norte

A Região Norte é designada de “jóia do turismo”, uma vez que é pouco explorada em termos turísticos. Possui diversos atractivos turísticos, tais como: a vida marinha e beleza do arquipélago das Quirimbas, a Reserva do Niassa, a biodiversidade do Lago Niassa e o património histórico-cultural das Ilhas de Moçambique e do Ibo, contudo, depara-se com problemas relacionados com a acessibilidade. As províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula representam 25% do alojamento e menos de 10% do total de camas ocupadas em 2001. Niassa é a província

menos desenvolvida do país, com apenas 15 unidades hoteleiras e cerca de 280 camas, Nampula detém 40 unidades e acima de 1000 camas, encontra-se acima da média nacional, por último Cabo Delgado possui apenas 27 unidades e mais de 800 camas. O turismo concentra-se essencialmente em Pemba, Nampula e Nacala. O turismo a zona norte possui condições favoráveis para o seu desenvolvimento, entretanto, necessita de acções concretas para fomentar a actividade turística.

1.6. Ecoturismo no contexto de Moçambique

Moçambique é dotado de uma variedade de sistemas ecológicos, ricos em espécies endémicas, com elevadas potências para o desenvolvimento do ecoturismo devido à existência de áreas de conservação em todo o país.

Moçambique possui um potencial turístico baseado nos ricos e ainda por explorar recursos naturais, uma cultura diversificada com um povo hospitaleiro. A combinação do turismo de praia tropical ao longo da imensa costa, com a vida cosmopolita das cidades, a incomparável e rica diversidade de flora e fauna assim como o magnífico mosaico cultural, oferecem uma plataforma sustentável para um destino turístico incontestável.

As áreas de conservação em Moçambique são consideradas no sector do turismo como a alavanca para o desenvolvimento de turismo no País devido à sua rica biodiversidade, endemismo das espécies, paisagens naturais e o estado menos perturbado dos ecossistemas terrestres e aquáticos nativos e que são de grande valor turístico.

(MITUR, 2013) afirma que: A análise resultante de entrevistas a operadores turísticos no Reino Unido, Portugal, Alemanha e África do Sul e intervenientes nacionais no destino de modo a se obter a sua percepção sobre Moçambique como um destino turístico, ressaltam as férias de praia como uma das principais atracções turísticas. Quase 75% de entrevistados indicaram que sol, praia e mar eram os interesses principais, seguido pela cultura com 67%. Enfatizou-se que Moçambique devido à sua participação no comércio mercantil com vários povos do mundo, oferece uma categoria de cultura única numa região dominada por Estados anglófonos. O mergulho teve uma cotação de 48% de preferência dos entrevistados. As pequenas reuniões e viagens oficiais tiveram 36% e 31% da preferência dos entrevistados, respectivamente. O Ecoturismo e as viagens de lua-de-mel ocuparam o sexto lugar com 19%.

1.7. Turismo de natureza

O Surgimento de turismo de natureza, uma das áreas do turismo que mais se tem destacado, tem o potencial de criar benefícios no ambiente e contribuir para a sua conservação, pois, ao mesmo tempo, em que se fortalece a apropriação pela sociedade, incrementa a economia e promove a geração de emprego e renda para as populações locais (Brazil, 2009).

Segundo McKerher (2002) o turismo subdivide-se em várias modalidades, e dentre eles o turismo de observação. De acordo com mesmo autor ele considera que o turismo de natureza engloba também ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional e uma profusão de outras categorias de experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre e alternativo.

Este merece destaque por ser uma das formas emergentes actuais que mais tem chamado a atenção dos naturalistas e ecologistas, pois a sua prática envolve muitos factores importantes para a preservação e estudos da ecologia e é o segmento de mais rápido crescimento na indústria turística em diversos países.

O turismo de observação é o segmento do ecoturismo onde o turista vai para alguma área natural e passa a observar a sua beleza, contemplando-a, ou especificamente algum, ou alguns dos seus elementos como as aves, as tartarugas, os leões e as baleias (McKerher2002).

As áreas de conservação são uma das categorias de área protegida. Elas oferecem uma variedade de oportunidade recreação ao ar livre que atraem visitantes e ajudam na consciencialização ambiental e apoio na conservação. Nestas áreas existem variedades de oportunidade dos visitantes/turistas interagirem com a fauna silvestre continua a crescer, com um correspondente crescimento na quantidade de literatura que considera que as interações devem ser adequadamente monitoradas e manipuladas (Orams,1994, 2002; Smith & Smith, 2008).

Todavia, um dos factores principais que propicia o desenvolvimento do turismo de observação é aumento da consciencialização ecológica com a conseqente preservação de áreas naturais, propiciando o campo e oportunidades para este (Vidal, 2018). Segundo (ORAMS, 1996), as formas emergentes de observação que tem surgido ao longo deste tempo são: a observação de aves (“birdwatching” ou birding), a observação de baleias e golfinhos (Hallewhalewatching) e a observação de paisagens (landscapewatching).

Segundo o (Brasil, 2006), o turismo de natureza é uma das áreas que mais se tem destacado e tem o potencial de criar benefícios no meio ambiente e contribuir para a sua conservação, pois, ao mesmo tempo, em que fortalece a apropriação pela sociedade, incrementa a economia e promove a geração de emprego e renda para as populações locais.

De acordo com (Viveiros de Castro et al., 2015), considera que as Unidades de Conservação, constituem uma categoria da área protegida, oferecendo uma variedade de oportunidades de recreação ao ar livre que atraem visitantes e ajudam a aumentar a consciencialização social e o apoio à conservação.

Conforme (Shackley, 1996), afirma que muitos países criaram redes de áreas naturais onde a vida silvestre é protegida por lei, mas que permitem e promovem a sua observação pelos turistas. Nestas áreas, a variedade de oportunidades para os turistas interagirem com a fauna silvestre continuando a crescer, com um correspondente crescimento na quantidade de literatura que considera que estas interacções devem ser adequadamente monitoradas e manejadas (Duffus & Dearden, 1993; Orams, 1995, 2002; Smith & Smith, 2008).

Por sua vez (Orams, 1996; Boo, 2001; Romagnoli et al., 2011), argumentam que o turismo para observação e interacção com animais na natureza pode potencializar a conservação das espécies-foco. No entanto, pode ser um dos principais problemas para a gestão de Unidades de Conservação quando efetuado desordenadamente, sem planeamento, monitoramento ou controlo por parte dos gestores destas áreas protegidas, gera impactos negativos, com comprometimento do ambiente e da segurança dos visitantes, sendo considerado, em alguns casos, como factor de ameaça para muitas espécies.

Segundo (Alves et al., 2009), diversos estudos realizados sobre actividades turísticas de caminhadas, mergulhos e ofertas de alimentos a fauna silvestre mostram que, em termos gerais, os animais se assustam e mudam de áreas normalmente utilizadas e, desta forma, interrompem ou modificam actividades cruciais para a espécie, tais como a nidificação em tartarugas, vigilância em ursos polares e lobos-marinhos, descanso e amamentação em peixes-boi e golfinhos, e socialização, e cuidado parental em pinguins e macacos.

1.7.1. Turismo nas áreas protegidas

Segundo Morsello (2001), a evolução do conceito de Parque Nacional, na forma instituída teve o seu marco em Yellowstone, no qual surgiram conceitos como sistemas de unidades de conservação reproduzidos mundialmente. Deste modo é assim que se cria o Yellowstone National Park que constitui o marco moderno da protecção de áreas naturais contra os processos destrutivos da acção humana (MILANO, 2001, p. 4).

Todavia não se sabe ao certo, quando surgiu a ideia de preservação do meio ambiente natural. No entanto, a protecção de áreas naturais no mundo ocidental iniciou-se na Europa durante a chamada Idade Média, quando se determinou a protecção dos “habitats” relativos a recursos da fauna silvestre, cuja caça era praticada como exercício pela realeza e aristocracia rural, sendo que a palavra parque designava um local delimitado no qual animais viviam na natureza em áreas sob a responsabilidade do rei (MORSELLO, 2001, p. 22).

De acordo com Morsello (2001, p. 24), descreve ainda outras civilizações e épocas onde se pode encontrar uma certa ideia de preservação, exemplificando que no Oriente os Assírios já estabeleciam reservas antes mesmo do início da era Cristã, e que os Incas também impunham limites físicos e sazonais à caça de certas espécies. Por sua vez o Brito (2003) cita outros exemplos, como a criação de um parque para ursos e leões em 1800 a.C. pelo Rei da Pérsia, bem como uma reserva natural criada na Índia no século III a.C., e a decretação de protecção total de uma floresta na Polónia, em 1423.

Na concepção do Milano (2001, p. 10), no Ocidente, entretanto, até meados do século XIX, as medidas tomadas para a protecção das áreas naturais sempre se fundamentaram na utilização desses recursos naturais por parte da população, sendo que apenas com a Revolução Industrial surgirão movimentos no sentido da preservação de áreas naturais para a população toda.

Neste contexto, conforme referido, foi a criação de Yellowstone, em 1872, o marco fundamental com relação ao estabelecimento dos sistemas de áreas naturais protegidas. Desde então, a nomenclatura “parque nacional” passou a ser conhecida mundialmente, tendo evoluído conceptualmente com o passar do tempo, o que implicou a utilização do termo em situações diversas em alguns países (BRITO, 2003, p. 19).

Segundo Brito (2003), o fundamento utilizado para a criação e existência de áreas protegidas foi o da socialização do usufruto, por toda a população, das belezas cénicas existentes nesses territórios. Conforme Morsello (2001), acrescenta que se pretendia que a natureza fosse protegida da exploração de poucos indivíduos e mantida para o usufruto de todos para sempre.

Com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, determinou-se a impossibilidade de qualquer interferência ou exploração de recursos naturais, como madeira, minérios e outros, com a garantia da preservação do seu estado natural (MILANO, 2001, p. 12). Assim, a concepção inicial acerca da criação do Parque deu-se com um propósito eminentemente preservacionista, envolvendo a dissociação homem-natureza.

Com o mesmo propósito da implantação do Yellowstone National Park, foram sendo criados parques e outras áreas protegidas, em diversos países, dentre eles Canadá em 1885, a Nova Zelândia em 1894, Austrália, África do Sul e México em 1898, Argentina em 1903, Chile em 1926, Equador em 1934, e Venezuela em 1937 (MILANO, 2002).

Quanto aos Parques no âmbito mundial, até 1898 tiveram os mesmos o objectivo principal de conservação, conforme delimitado em Yellowstone. Esta data marca a implementação do Krüger National Park, na África do Sul, cuja razão primordial foi a de criar condições para a protecção e recuperação de populações animais que estavam a ser dizimadas em decorrência do desenvolvimento económico (MILANO, 2002). A partir de então, os objectivos dessas áreas protegidas passaram a ser mais diversos e inovadores, como, por exemplo, o estabelecimento de Parques para fins científicos. Por outro lado, com o passar do tempo, foram sendo incorporados novos conceitos que priorizavam cada vez mais a conservação da biodiversidade, o que fez com que os limites territoriais das áreas protegidas que fossem também ampliados (BRITO, 2003).

Assim, e conforme referido, a definição do que podia ser considerado um parque nacional passou a ter características próprias e diversificadas em cada país ou região (MILANO, 2001). Devido à falta de um conceito universal para essa área protegida, foi realizada a Convenção para a Preservação da Fauna e Flora no seu Estado Natural, em Londres, em 1933. Segundo o (BRITO, 2003), estabeleceu um conceito básico para um parque nacional, no qual já se reconhecia que o mesmo deveria ser controlado pelo Poder Público.

Em 1940, em Washington, foi realizada a Conferência para a Protecção da Flora, da Fauna e das Belezas Cénicas Naturais dos Países da América, que ficou conhecida como “Convenção Pan-americana”, na qual foram definidos os conceitos de Reserva Nacional, Monumento Natural e Reserva Silvestre. No âmbito desta Convenção, os Parques Nacionais foram definidos como áreas que deveriam ser estabelecidas para a protecção e conservação das belezas cénicas naturais da flora e fauna de importância nacional, beneficiando o público que poderia usufruir paisagens naturais colocadas sob guarda oficial (BRITO, 2003).

A União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN) foi fundada em 1948 num Congresso organizado pela Unesco, com o governo francês, com o objetivo de promover acções com bases científicas que pudessem garantir a perpetuidade dos recursos naturais para o bem-estar económico e social da humanidade (BRITO, 2003). Posteriormente, em 1965, tal organização passou a se chamar União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), buscando enfatizar a necessidade de conservação dos “habitats”.

Desde a sua criação, a hoje UICN passou a desempenhar um importante papel mundial no desenvolvimento das políticas relativas às áreas naturais protegidas, assessoria aos países no planeamento e manejo, bem como actuando no processo de definição e actualização conceptual das mesmas (MILANO, 2001).

Realizou-se em 1962, em Seattle (EUA), a 1.^a Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, por meio da qual se aprofundou os conceitos e critérios para as actividades desenvolvidas em áreas protegidas, estabelecendo recomendações aos países participantes. Para que esses diferentes objectivos pudessem ser alcançados — alguns, inclusive, conflitantes entre si — foram criadas diversas categorias de unidades de conservação, ou categorias de manejo. Assim, é necessário o estabelecimento de conjuntos diversos de unidades de conservação para a consecução de tais objectivos, surgindo daí o conceito de “sistema de unidades de conservação”, entendido como o conjunto organizado de áreas naturais protegidas na forma de unidades de conservação que, planeado, manejado e administrado na totalidade, pode viabilizar os objectivos nacionais de conservação (MILANO, 2001: p. 9).

Conforme a UICN (2019) define uma área protegida como um espaço geográfico definido, reconhecido, com objectivo específico e gerido por meios eficazes, sejam jurídicos ou de outra natureza, para alcançar a conservação da natureza no longo prazo, com serviços de ecossistema e valores culturais associados. Diz ainda que esta definição é ampliada por seis categorias de gestão que são nomeadamente (uma delas com uma subdivisão), que são resumidas abaixo. Reserva natural estrita: Áreas estritamente protegidas em biodiversidade, podendo incluir também, características geológicas/geomorfológicas, onde a visitação, o uso e os impactos humanos são limitados e controlados para garantir a protecção dos valores de conservação que abaixo estão resumidas:

- Reserva natural estrita: Áreas estritamente protegidas em termos de biodiversidade, podendo incluir também, características geológicas/geomorfológicas, onde a visitação, o uso e os impactos humanos são limitados e controlados para garantir a protecção dos valores de conservação:

- Área silvestre: área normalmente grande, não modificadas ou ligeiramente modificadas, que mantêm seu carácter e sua influência naturais, sem habitação humana permanente ou significativa, protegidas e geridas para preservar sua a condição natural;
- Parque nacional: Grandes áreas naturais ou quase naturais que protegem processos ecológicos de grande porte, com espécies e ecossistemas característicos. Também oferecem oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreativas e de visita que são ambientais e culturalmente compatíveis;
- Monumento ou característica natural: Áreas reservadas para proteger um monumento natural específico, que podem ser um acidente geográfico, uma montanha submarina, uma caverna submarina, uma característica geológica, como uma caverna ou uma característica viva, por exemplo, uma floresta antiga;
- Área de gestão de habitat/espécies: Área para proteger determinadas espécies ou habitats, onde a gestão reflecte essa prioridade. Muitas vão precisar de intervenções regulares e activas para atender às necessidades de determinadas espécies ou habitats, mas este não é um requisito da categoria;
- Paisagem terrestre ou marinha protegida: Onde a interacção das pessoas e da natureza ao longo do tempo produziu um carácter distinto com significativo valor ecológico, biológico, cultural e estético, e onde salvaguardar a integridade dessa interacção é vital para proteger e sustentar a área e seus valores associados de conservação da natureza e outros;
- Áreas protegidas, com uso sustentável dos recursos naturais: Áreas que conservam ecossistemas, juntamente com valores culturais associados e sistemas tradicionais de gestão de recursos naturais. Geralmente grandes, principalmente em uma condição natural, com uma parte sob gestão sustentável de recursos naturais, e onde o baixo nível de uso de recursos naturais não industriais, compatível com a conservação da natureza, ó considerado um dos principais objectivos.

Para (Dudley) 2008), considera que área protegida é um espaço geográfico definido, reconhecido, dedicado e gerenciando, por meios legais ou outros meios efectivos, para alcançar a conservação da natureza a longo prazo com serviços de ecossistemas e valores culturais associados.

De acordo com Gamito (2020), considera que as áreas protegidas ou de conservação são, pela sua natureza, locais prioritariamente destinados à conservação da natureza e da biodiversidade. Acrescenta ainda o mesmo autor que as áreas protegidas podem também constituir um factor de desenvolvimento local, a conservação do seu valioso património natural, paisagístico e cultural pode ser articulada com a utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais.

De acordo com Machaungos (1999), em Moçambique, de acordo com a Lei de Floresta e Fauna Bravia, as áreas de protecção são classificadas em três categorias, nomeadamente Parques Nacionais, Reservas Nacionais e Áreas de Valor sociocultural.

Conforme Machaungos (1999), que Os Parques e Reservas Nacionais são criados, alterados ou extintos por Decreto de Conselho de Ministros, verificando-se em uma das seguintes condições: a) a existência de ecossistema natural com características únicas ou representativas; b) a existência de espécies de flora e fauna raras, endémicas, em declínio ou em vias de extinção; c) a existência de ecossistemas frágeis, bem como os localizados em declives superiores a 45 graus; d) a existência de fontes naturais de água, áreas degradadas com características ambientais especiais e passíveis de recuperação e e) a existência de condições paisagísticas únicas e beleza cénica excepcional.

1.7.2. O Potencial do Turismo nas áreas protegidas

Conforme Walker & Chapman, (2003), afirmam que o turismo em áreas protegidas tem características únicas que o tornam uma força potencialmente positiva para a conservação. O turismo, a recreação e o uso público estão intrinsecamente ligados a muitas áreas protegidas desde a sua concepção. Os visitantes se conectam, experimentam e aprendem sobre o património natural e cultural. Tais experiências podem ser transformadoras para o crescimento e o bem-estar pessoal de um indivíduo, enquanto incutem um crescente senso de cuidado e propriedade no nível local.

O turismo exige contribuições de muitos sectores económicos para operar com eficiência e também pode gerar receitas que apoiam as economias locais e nacionais. (Walker & Chapman, 2003).

Dessa forma, o turismo pode influenciar políticas públicas que impactam o futuro das áreas protegidas. Em resumo, o turismo em áreas protegidas apresenta oportunidades e desafios (Walker & Chapman,2003):

Oportunidades

- Engajar a sociedade no apoio à conservação da natureza e da cultura através de áreas protegidas, proporcionando experiências significativas que comunicam os muitos valores das áreas protegidas;
- Contribuir activamente para a conservação, envolvendo visitantes em tarefas de gestão e contribuições directas de financiamento (por exemplo, ingressos, taxas e de utilização e concessão, etc.) ou outro apoio em espécie à administração;

- Amenizar os impactos do turismo através de planeamento criterioso da infra-estrutura, remediação de danos causados e técnicas de mitigação de impacto dos visitantes (por exemplo, protecção de trilhas);
- Potencializar os benefícios sociais e culturais das áreas protegidas promovendo e conservando as suas atracções culturais, mostrando a cultura local (por exemplo, histórias, artesanato, ‘design’, música, comida) e fornecendo serviços interpretativos e oportunidades educacionais adequados;
- Fornecer um grande incentivo, através de benefícios sociais e financeiros directos, para as comunidades dentro ou perto de áreas protegidas para proteger a vida selvagem e tolerar alguns impactos negativos;
- Estimular vínculos económicos locais por meio da propriedade local de activos turísticos, gestão de empresas de turismo, emprego, meios de subsistência alternativos e empreendedorismo na cadeia produtiva do turismo (por exemplo, orientação do artesanato, alimentos e bebidas, transporte, etc.).

Desafios

- As áreas protegidas tornam-se simplesmente outra “mercadoria” ou recurso a ser explorado por uma indústria que está mais interessada em lucros, acesso e fornecimento de novas experiências, do que apoiando a conservação;
- Os interesses do turismo minam sensivelmente gestão adequada, pressionando por usos, benefícios ou acesso que são prejudiciais aos objectivos de conservação reconhecendo a importância do turismo baseado em áreas protegidas para as economias locais e regionais. A importância do turismo baseado na área protegida gera pressão política pelo desenvolvimento excessivo dentro ou ao redor da área protegida;
- Ocorrem impactos negativos no meio ambiente, como poluição (por exemplo, descarte de resíduos, emissões de carbono), uso não sustentável de recursos (por exemplo, água) e danos a áreas sensíveis (por exemplo, através de infraestruturas mal desenvolvida ou localizada);
- Ocorrem impactos negativos na população local (por exemplo, mercantilismo da cultura, perturbação da vida tradicional, crime, superlotação, deslocamento das comunidades locais para acomodar o desenvolvimento do turismo, perda de acesso aos recursos tradicionais, danos ou profanação de lugares sagrados, pressões causadas por altos níveis de visitação); alto custo de vida e inflação resultante do turismo;
- Sem benefícios, muitas populações carentes continuam a esgotar a vida selvagem para protecção de si mesmas ou de propriedades, ou para obter lucro;

- Os vínculos económicos positivos não se concretizam devido à falta de informação, oportunidade, acesso ao financiamento. Impacto do Turismo nas áreas protegidas e;
- Os impactos do turismo nas áreas protegidas se enquadram em três amplas categorias, muitas vezes sobrepostas: ambiental, económica e social.

De acordo com (Eagles, et al., 2002), ainda o mesmo considera que o termo ambiental inclui impactos biofísicos, enquanto social inclui impactos culturais, comunitários e outros relacionados ao património.

O benefício do turismo nas áreas protegidas é:

1. Ambiental

- Oferecer educação pública sobre questões e necessidades de conservação;
- Transmitir entendimento e maior atenção aos valores e recursos naturais através de experiências, educação e interpretação;
- Estimular a tomada de consciência sobre o valor e a protecção dos recursos naturais que, de outra forma, têm pouco ou nenhum valor percebido por parte dos residentes, ou são considerados um custo e não um benefício;
- Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de boas práticas ambientais e sistemas de gestão para influenciar a operação dos negócios de viagens e turismo, bem como o comportamento dos visitantes nos destinos;
- Apoiar o monitoramento ambiental e de espécies através de ciência da cidadania.

2. Económico

- Gerar benefício económico para uma nação, região ou comunidade a fim de fortalecer o compromisso de conservar a área natural e a sua vida selvagem;
- Aumentar empregos e renda para residentes;
- Estimular novos empreendimentos turísticos e diversificar a economia local;
- Melhorar instalações, transporte e comunicação locais com maior sustentabilidade;
- Incentivar a produção local e a venda de mercadorias e a prestação de serviços;
- Acesso a novos mercados e câmbio;
- Gerar receitas fiscais locais;
- Permitir que os funcionários aprendam novas habilidades;
- Fornecer apoio financeiro às áreas protegidas através do pagamento de taxas e encargos turísticos.

3. Social/Comunitário

- Melhorar o padrão de vida das populações locais;
- Incentivar as pessoas a valorizar e se orgulhar da sua cultura local e áreas protegidas;

- Apoiar a educação ambiental para visitantes e populações locais, e promover uma maior compreensão;
- Estabelecer ambientes atraentes para os destinos, tanto para residentes quanto para visitantes, que possam oferecer suporte a outras actividades compatíveis (por exemplo, indústrias de serviços ou produtos);
- Melhorar a compreensão intercultural através do contacto social;
- Incentivar o desenvolvimento e conservação da cultura, artesanato e artes;
- Incentivar as pessoas a aprender idiomas, línguas e culturas de outros povos;
- Promover a estética, a saúde espiritual e outros valores relacionados ao bem-estar;
- Melhorar a saúde física através de exercícios recreativos (por exemplo, caminhada, ciclismo);
- Contribuir para a saúde mental, reduzindo o estresse e a fadiga;
- Aumentar o perfil da conservação em níveis locais, nacional e internacional;
- Interpretar valores, questões de conservação e questões de gestão para visitantes.

1.7.3. Observação de baleias

As baleias (Cetáceos) por serem animais carismáticos e relativamente fáceis de serem vistos em seu ambiente natural têm sido alvo de para a prática crescente demanda por interação (Oram, 1996). Em muitos locais do mundo existe um turismo estabelecido para a prática de observação de baleias e golfinhos a partir de base em terra firme ou em embarcações e em programas de interação com golfinho, onde actividades de natação, toque, alimentação e brincadeiras podem ser realizadas (Oram, 1994).

A observação de baleias é uma forma de turismo em franco crescimento. Existem vários locais no Mundo como, por exemplo, África do Sul, Brasil, Uruguai onde esta prática é usada para promover o ecoturismo de contemplação. Este tipo de turismo tem crescido muito, promovendo valiosa e, algumas vezes, crucial renda para comunidades costeiras, gerando novos negócios e empregos, além de auxiliar na promoção da conservação marinha e da pesquisa científica. A observação de baleias movimentou mais de 1 bilhão de dólares e atrai anualmente mais de 9 milhões de turistas em todo mundo (Silva, 2017).

As baleias atraem a curiosidade humana, e eles são animais relativamente fáceis de se observar. O turismo de observação de baleias surgiu devido à redução da população de baleias motivado pela pesca excessiva. Esta modalidade de turismo inicia na década 40 nos Estados Unidos de América e nos outros países desenvolveram-se a partir da década 80 (Morreira, 2008).

1.7.3.1. Locais de observação de baleias (Brazil e África de Sul)

1.7.3.2. Brazil

As baleias francas (*Eubalaena australis*), no fim do verão, deixam as áreas de alimentação, localizadas nas áreas mais frias do hemisfério sul, e buscam as regiões da costa brasileira, local onde se concentram para acasalamento, parição e amamentação dos filhotes (que nascem no ano subsequente à fecundação e procriar os seus filhotes). As baleias francas podem ser observadas na costa da Santa Catarina e as baleias jubartes no nordeste. A Figura 1:1 mostra turistas observando baleia.



F

Figura 1.1: Turistas observando baleia. Fonte: (icmbio, 2001)

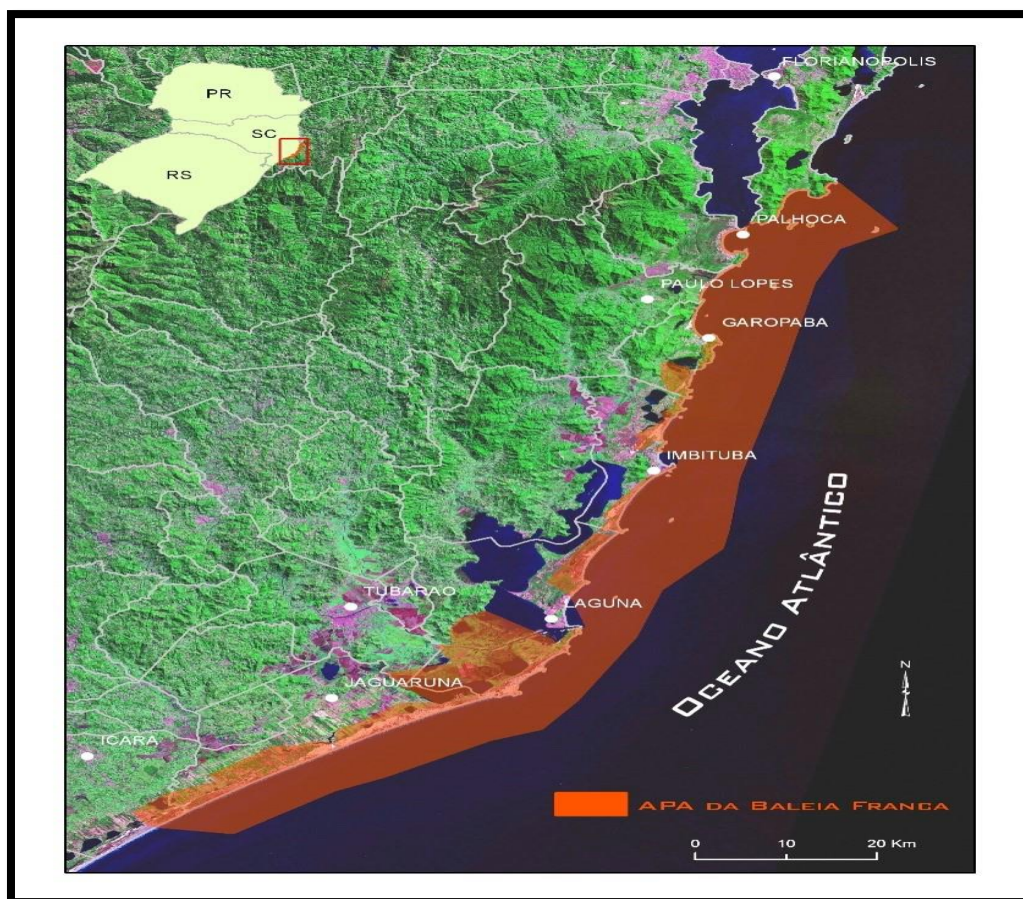


Figura 1.2: zona de observação de baleia. Fonte: (Área Protecção Ambiental da Baleia Franca, 2012)

1.7.3.3. África do Sul

A costa da África do Sul é frequentada principalmente por baleias southernrights (*Eubalaena australis*), uma espécie de baleia-franca que chega a pesar 60 toneladas e 18 metros de comprimento. Elas chegam da Antártica em junho e permanecem nas águas quentes da costa sul-africana até novembro. As baleias-francas eram as preferidas para a caça porque são ricas em óleo, são mais lentas e flutuam quando mortas. Chegaram à quase extinção no século XX, sendo protegidas na África do Sul desde 1935. Podem viver cerca de 100 anos.

Estas, podem ser observadas, principalmente, no litoral das províncias de Western Cape, Eastern Cape e KwaZulu-Natal. Desde Doringbaai, na Cidade do Cabo, até Durban. Hermanus, no litoral sul de Western Cape, é um dos melhores locais para observá-las. Pode-se as ver dos penhascos da costa ou através de um passeio de barco. Em Setembro, comemora-se o Hermanus Whale Festival. Na província de Eastern Cape, o melhor local para observá-las é em East London (Nathalia, 2018).

1.7.3.4 . Contributo do Turismo de Observação de Baleia para Economia e as Comunidades

O turismo de observação de baleias está entre as actividades de que mais crescem no mundo. Essa actividade além de gerar recursos para os operadores das embarcações, também agrega benefícios económicos para a população local através da venda de artesanatos, da hotelaria e de restaurantes (Hoyt, 2001). Esta prática também promove a mudança de valores naqueles que dele participam e valorizam as baleias como recurso natural vivo. As formas como os indivíduos se relacionam com o meio onde estão inseridos irão determinar as suas acções em prol da conservação das espécies.

CAPÍTULO 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DISTRITO DE MATUTUÍNE E DA RESERVA DE MAPUTO

2.1. Caracterização e Localização do Distrito de Matutuíne

O Distrito de Matutuíne é o local onde se encontra estabelecida a REM. Este Distrito localiza-se a sul da Província de Maputo. Faz fronteira a sul com a província de KwaZulu-Natal da África do Sul, a oeste com a Suazilândia, a noroeste com o distrito da Namaacha e a norte com o distrito de Boane e cidade de Maputo. A sede deste distrito é a vila da Bela Vista. O distrito está dividido em cinco postos administrativos, nomeadamente Catembe, Catuane, Machangulo, Missevene, Zitundo e Matutuíne.

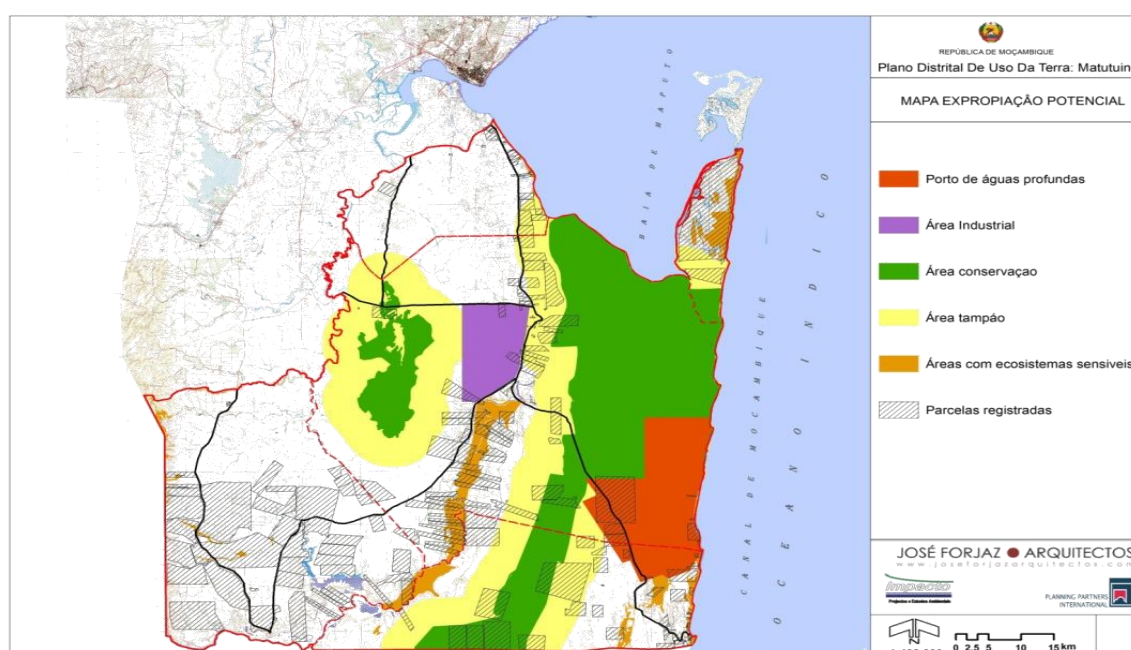


Figura1.3: mapa de localização do Distrito de Matutuíne. Fonte: PDUT (2012)

2.1.1. Clima

O Clima do Distrito de Matutuíne é classificado como subtropical com duas estações (Chuvosa-Quente e Seca-Fria). A Chuvosa e Quente vai desde Maio à (Setembro). A Seca e Fria vai de Outubro à (Abril). A precipitação é variável diminuindo na medida em que se caminha para o interior. O valor médio da precipitação é de 1000 mm na costa e no interior é de 600 mm. Tabela 1:1 a variação do clima do Distrito de Matutuine no período de 2009 a 2012. (Macamo, 2016)

	2 008	2 009	2 010	2 011	2012
Temperatura Media °c	23.6	23.6	23.6	23.6	23.6
Temperatura Máxima Absoluta °c	6.0	6.0	6.0	6.0	6.0
Temperatura Mínima Absoluta °c	40.0	6.0	6.0	6.0	6.0
Humidade Relativa (%)	67.4	67.4	67.4	67.4	67.4
Precipitação Media Mensal	35.3	35.3	35.3	35.3	35.3

Tabela1.1: variação da temperatura. Fonte (Macamo, 2016)

2.1.2. Vegetação

A vegetação deste distrito está localizada no mosaico regional Togoland-Pondoland, que tem características únicas, representando um encontro das floras Zambesiaca e da África do Sul, temperada por isso, designada por região de Maputaland-Pondoland. De uma forma geral a vegetação do distrito tem um padrão que varia segundo o solo. A presença de curso de água e de lagoas constituem, também, factores de variação da vegetação. Que apresenta a floresta densa e brenhas, florestas abertas, savana e graminais.



Figura1.4: vegetação típica do Distrito de Matutuine. Matutuine (2013)

2.1.3. Hidrografia

A hidrografia do distrito é constituída pelos rios Maputo, Tembe, Futi, Nsele e Chilichili. Tem como os principais lagos Piti, Chingute e Mundi. (Macamo, 2016)

2.1.4. Solo

Os solos do distrito são maioritariamente arenosos que se caracterizam pela fraca capacidade de retenção de água e consequentemente uma taxa elevada de infiltração ao longo dos principais vales fluviais. Ocorrem solos aluvionares com elevadas concentrações de argila, o que determina uma significativa capacidade de retenção de água (Macamo, 2016).

2.1.5. População

A população do distrito na sua maioria são da etnia rhonga, no entanto, encontra-se também mathswas e changanas. Os dados do levantamento estatístico de 2009 a 2014, estimou os números de habitantes no distrito discriminados na tabela abaixo.

	2 009	2 010	2 011	2 012	2 013	2 014
Total	38.741	39.139	39.535	39.932	320.424	40.701
Homens	18.800	19.013	19.229	19.447	158.935	19.875
Mulheres	19.941	20.126	20.306	20.485	161.489	20.826

Tabela1.2: estatística da população de Matutuine no período de 2009 a 2014Fonte: (INE, 2014)

2.1.6. Economia, potencial paisagístico e turístico

De acordo com (Matutuine, 2013), diz que o distrito de Matutuine é um dos distritos mais pobres da província de Maputo. A Agricultura é a base da economia distrital, tendo como

principais culturas o milho, o feijão, a mandioca e a batata-doce. As espécies de gado predominantes são os bovinos, caprinos e aves, destinadas ao consumo familiar e comercialização.

Segundo (Matutuine, 2013) a caracterização socioeconómica do distrito divide-se em urbanização, educação, habitação e outras actividades realizadas. A urbanização é localizada na Vila sede do distrito, a Bela Vista e a sua taxa é de 7% onde a concentração da população é de cerca de 40% o que corresponde a 50% da totalidade dos habitantes. O posto administrativo com menor concentração da população é Machangulo com cerca 8%.de infraestruturas, serviços e a inacessibilidade devida às vias de acesso (Marulho, 2012).

A sede do distrito tem uma concentração elevada da população porque a maior parte dos serviços localizam-se na Sede, tais como as infraestruturas socioeconómicas.

O distrito possui 74 estabelecimentos de ensino, sendo 53 do primário do primeiro grau, 20 do primário do segundo grau e 1 estabelecimento de secundário, as habitações na sua maioria são de construção de material local nomeadamente pau, caniço, estacas e capim (Matutuine, 2013).

No distrito existem abundantes atributos físicos que podem permitir o desenvolvimento turístico e práticas de conservação da biodiversidade, factos que se revelam pelas existências de instâncias turísticas na ponta de ouro e Ponta Malongane bem como das REM e Licuáti para além das áreas de vigilância (Matutuine, 2013). O conjunto variado do ecossistema, presente nesta zona, associado à elevada biodiversidade do distrito, à beleza cénica e ao estado de conservação, relativamente pouco alterado, confere um valor estético à paisagem sendo, portanto, o seu potencial turístico elevado.

2.1.7.Fauna, Recurso Costeiros e Marinhos

Na REM encontra-se uma variedade de espécie de animais que incluem 62 mamíferos, 30 de anfíbios, 43 de repetíveis e 337 espécies de aves, o que reflecte níveis altos de diversidade biológica (DNAC.2014).

A zona costeira do distrito, localizada na (eco) região costeira tropical, engloba uma diversidade de ecossistema de entre os quais há a destacar recifes de corais (Ponta-Dobela, Miliabangala, Techobamine, Chemucane e Baixo São João até Ponta de D'Ouro). De entre os recursos costeiros há a assinalar os peixes de água doce e dos estuários, caranguejos nocturnos e de areia, ostras e ostra do sol, lagostas espinhosas das águas profundas, das rochas, mexilhão castanho e búzio (DNAC, 2014).

2.2. Reserva Especial de Maputo

2.2.1. Localização

A Reserva de Elefantes conhecida como Reserva Especial de Maputo (REM) localiza-se na província de Maputo, no distrito de Matutuíne. A REM tem como fronteiras a Baía de Maputo no norte, o oceano Índico a este, os rios Maputo e Futi, e uma linha de 2 km da estrada Salamanga-Ponta d'Ouro a oeste, e o extremo sul dos lagos Xingute e Piti. Está em marcha um projecto de expansão da REM, que consiste na inclusão do Corredor de Futi (240 km²) e da Reserva Marinha Parcial (RMP) da Ponta d'Ouro (cerca de 700 km²) (Marulo, 2012).

A REM está localizada numa área conhecida como o Centro de Endemismo de Maputaland, uma do 25 eco regiões terrestres mais em perigo do mundo. A sua integração na área de conservação transfronteiriça de Lubombo proporciona ligações marítimas, costeiras e terrestres críticas entre os parques nacionais em Moçambique, África do Sul e eSwatini (DNAC, 2014).

REM é habitado por alguns dos gigantes mais gentis do continente, e é reconhecida pelos seus elefantes fotogénicos e de outras espécies selvagens, aves e plantas endémicas contribuem para a riqueza natural da reserva. A vegetação da REM é rica, endémicas de savanas anãs, raras e espécies de plantas, comunidades de mangais, florestas dos pântanos, dunas costeiras entre outros.

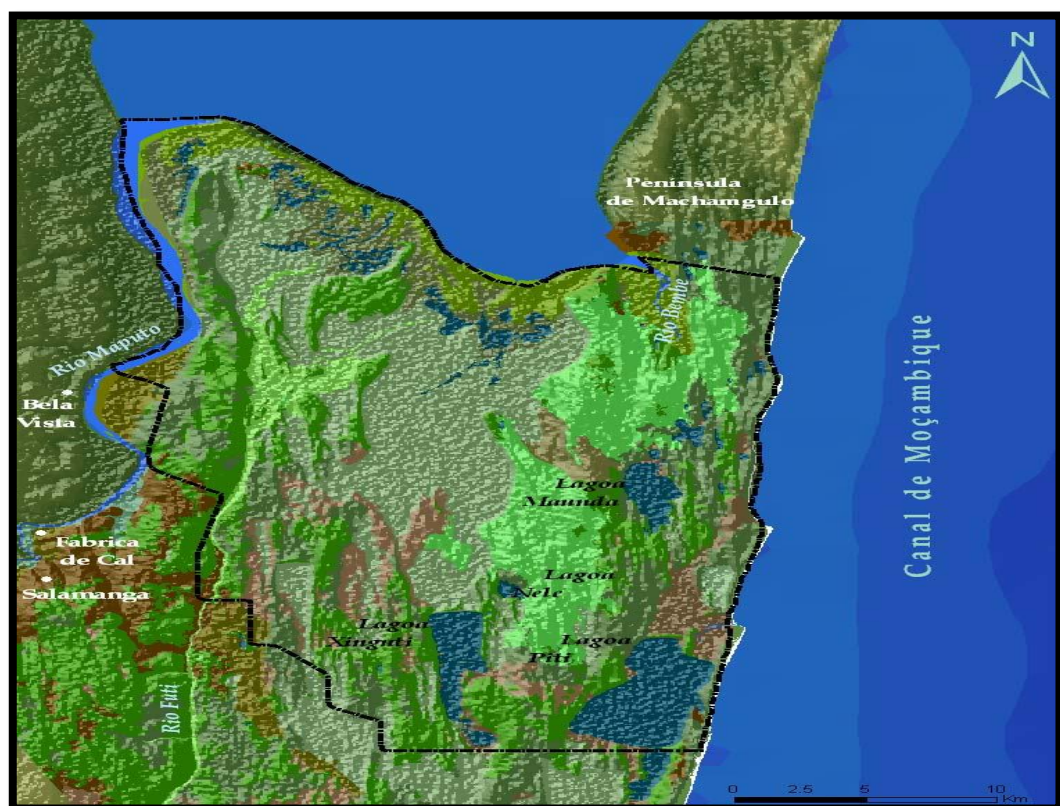


Figura1.5: mapa de localização da Reserva Especial de Maputo. Fonte. (REM, 2018)

A REM foi estabelecida essencialmente para proteger elefantes, tendo beneficiado da introdução do rinoceronte-branco em 1977 (DNAC, 2014). A REM é caracterizada por uma vida selvagem constituída por grandes manadas de elefantes, mais de 425 espécies de aves terrestres e aquática, girafa, Cudu, zebra, crocodilo e hipopótamo. Ao longo da costa encontra-se tartaruga-de-couro e cabeçuda, tubarão-baleia, golfinho com nariz-de-garrafa, raias, manta, baleias e golfinhos (DNAC, 2014).



Figura 1.6: População de elefantes na REM. Fonte: REM (2018)

A REM ainda está a despertar, sendo que ainda há muito por se explorar. Este Parque está em desenvolvimento, mas bem recuperado poderá ser um lugar para o potenciar o turismo de Maputo e do País.

2.2.2. Turismo Praticado na Reserva Especial de Maputo

A combinação de floresta, selva, praia e uma biodiversidade extraordinária de espécies marinha cativante existente na REM permite com que seja praticada diversidade de ecoturismo como:

Turismo de Contemplação: Compreende a observação dos elefantes, as zebras, o hipopótamo, as aves e etc. que constituem atractivo para o desenvolvimento deste.

Turismo de Aventura: É constituído por uma série de actividades como, expedições, surf, mergulho, pesca desportiva e contactos com culturas remotas.



Figura1.7: Turista em expedição dentro da REM. Fonte: REM (2018)

Campismo: Actividade realizada pelo turista, que procura estabelecer a sua barraca ou tenda com intuito a praticar, o surf, a pesca desportiva, “laser” e/ou a observação das tartarugas e baleias.



Figura1.8: turista na lagoa na REM. Fonte: REM (2018.)

Ecoturismo Científico tem como objectivos fazer estudos e pesquisas científicas em diversos ramos das ciências.



Figura1.9: Pesquisadores na REM. Fonte: REM (2018)

2.2.3. Relação entre a Comunidade e a REM

A população residente está organizada em comunidade, sendo que uma parte dela localiza-se dentro da reserva e a outra na zona tampão. A REM e a população possui uma relação de harmonia, com a garantia por parte dela o uso sustentável dos recursos naturais, bem como participam na sensibilização dos demais para o abandono da caça furtiva e o combate às queimadas descontroladas.

A REM oferece à população formação de liderança, de gestão ambiental e oportunidades de emprego. Para além destas oportunidades as comunidades beneficiam de 20% das receitas provenientes dos movimentos dos turistas e são os detentores dos Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) dos Lodjes comunitários.

ord	Comunidade	Número de habitantes
1	Buingane	294
2	Chia	702
3	Gala	281
4	Guengo	233
5	Guveza	1681
6	Huco	935
7	Lihundo	290
8	Mabuluko	667
9	Madjajane	1023
10	Massale	60
11	Massuhane	284
12	Matchia	629
13	Mucumbo	213
14	Mussongue	389
15	Muvukuza	135
16	Puza	472
17	Tsolombane	482
Total		8 770

Tabela 1:3 comunidades residentes na REM. Fonte (REM, 2018)

2.2.3. Movimento de Turistas

Os dados colhidos entre 2010 e 2011 mostram uma ligeira evolução do movimento de turistas, onde se registou a entrada de 5,228 em 2010 e 5,615 em 2011 (Marulo, 2012). Comparando os dados de 2010, 2011 com os 2018 pode se notar uma grande evolução, os mesmos demonstram que em 2018 visitaram a REM 1,1899 turistas, o que resultou em receitas no valor de 4 914 310,25 meticais, cerca de 81.951.708,33 Dólares Americanos como mostra a tabela 1:4

Meses	Número de turistas	Número de viaturas	Número de dias de campismo	Valor MZN	Valor ZAR
Jan	1212	344	231	243,750.00	82,440.00
Fev	693	238	361	225,700.00	37,140.00
Mac	1088	353	772	276,600.00	91,430.00
Abril	1200	363	449	379,723.00	104,170.00
Maio	721	256	159	422,000.00	56,110.00
Junho	842	273	292	377,800.00	91,950.00
Julho	1147	312	82	439,880.00	112,530.00
Agosto	723	192	160	449,648.10	31,880.00
Setembro	903	237	95	428,720.00	57,760.00
Outubro	745	234	117	328,635.35	82,840.00
Novembro	796	264	155	505,103.80	60,260.00
Dezembro	1829	264	785	836,750.00	216,960.00
Total	11899	3330	3658	4,914,310.25	1,025,470.00

Tabela 1:4 movimento de turistas na REM 2018. Fonte (REM, 2018)

MARCO EMPÍRICO

CAPITULO 3. DESENHO METODOLÓGICO

2.1. Introdução

Para o desenvolvimento de qualquer pesquisa científica, é necessária a definição dos procedimentos metodológicos. Assim, o pesquisador deve citar e explicar os tipos de pesquisa que o estudo trata, justificando cada item de classificação e a relação com o tema e objetivos da pesquisa. Deve-se fazer uso de citações para enriquecer a argumentação. Toda e qualquer fonte devem ser referenciadas (SILVA, 2006). Metodologia refere-se ao caminho percorrido na busca de conhecimento (Andrade, 2006, p.129). Para o atendimento da pesquisa adoptou-se a seguinte metodologia:

3.1.1. Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa baseia a sua na análise em informação, dados de fontes Mensuráveis. Os resultados obtidos por meio dessa análise devem explicar o comportamento da população que se quer estuda, sendo importante a precisão estatística na obtenção de amostra, na elaboração dos questionários e nas fontes de informações utilizadas na pesquisa (Gil, 2008).

3.1.2. Consulta bibliográfica

A consulta bibliográfica consiste em buscar a bibliografia documentada apoiada na leitura das obras, artigos, jornais e arquivos das instituições com temas relacionados com a temática a desenvolver (Marulo, 2012, p52). Estes dois instrumentos foram seleccionados tendo como foco os trabalhos de pesquisa realizados na REM em relação à fauna com interesse no turismo de contemplação e com o desenvolvimento deste na REM.

Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica resumiu-se no levantamento de dados primários é desenvolvida a partir de material já elabora constituído principalmente de livros e artigos científicos e tem por finalidade conhecer as diferentes contribuições científicas que se realizam sobre determinado assunto ou fenómeno, de forma a explorar o sustentáculo temático em estudo. Segundo Dencker (1998), que descreve ainda que pesquisa bibliográfica permite um grau de amplitude maior, economia de tempo e possibilita o levantamento de dados históricos.

2.1.3. Questionário

O questionário é o que exige maior atenção do pesquisador por se tratar de um instrumento irreversível, ou seja, no caso de ocorrência de algum problema que inviabilize a utilização desse instrumental, será preciso um novo levantamento. Por isso, exige maior planeamento (LABES, 1998). Essa técnica de investigação, composta por questões apresentadas por escrito às pessoas, tem a intenção de identificar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações

vivenciadas e outros (GIL, 2006). As situações em que o questionário deve ser utilizado, segundo Labes (1998, p. 17), são:

- Necessidade do registo de informações (comprovação/ cientificidade);
- Existência de dados padronizados para posterior mensuração;
- Dispersão geográfica do público-alvo;
- Amostra ou população numerosa;
- Desconhecimento dos factores quantitativos do problema (causa-efeito);
Grande número de variáveis intervenientes.

Para elaborar um questionário, deve-se reflectir sobre os objectivos da pesquisa e passá-los para questões específicas. Segundo Labes (1998), as respostas que apresentarão as informações necessárias para testar as hipóteses ou esclarecer o problema da pesquisa. O mesmo autor argumenta ainda que as etapas do questionário podem ser:

- a) Pesquisa;
- b) Elaboração do questionário;
- c) Testagem ou pré-teste;
- d) Distribuição e aplicação;
- e) Tabulação dos dados;
- f) Análise e interpretação dos dados.

De acordo com Gil (2006) cita três tipos de questões em relação à forma: questões fechadas, questões abertas e questões relacionadas. Na questão fechada, conforme Dencker (2000), acrescenta perguntas com escala, no questionário do tipo questões fechadas, apresenta-se ao respondente um conjunto de alternativas de resposta para que seja escolhida a que melhor representa sua a situação ou ponto de vista.

O questionário da presente pesquisa conta com 3 questões fechadas direccionadas aos gestores da REM, aos residentes dentro da REM, os turistas e outros utentes da reserva. Através do questionário colectou-se informações relacionadas com espécies mais relevantes para o turismo de contemplação presente na REM.

A colheita de dados segundo Dencker (1998) é a fase da pesquisa que tem como objectivo obter informações sobre a realidade. Também a Teixeira (2003) afirma que o estudo qualitativo, que prioritariamente emprega técnicas de colecta de dados como a entrevista semiestruturada, não estabelece clara separação entre a colecta de informações e a sua interpretação.

Para tal através de entrevista baseada nas questões fechadas do questionário obteve-se a sensibilidade dos entrevistados. O GRPS foi usado para a marcação das coordenadas geográficas dos lugares de maior concentração da fauna com interesse turístico.

2.1.4. *Colecta de Dados*

2.1.5. *Tratamento e Análise de Dados*

Segundo Teixeira (2003), análise de dados é o processo de formação de sentido além dos dados, e esta formação se dá a consolidar, limitando e interpretando o que as pessoas disseram e o que o pesquisador viu e leu, isto é, o processo de formação de significado. A análise dos dados é um processo complexo que envolve retrocessos entre dados pouco concretos e conceitos abstractos, entre raciocínio indutivo e dedutivo, entre descrição e interpretação. Estes significados ou entendimentos constituem a constatação de um estudo.

Após a obtenção da informação constantes do formulário do questionário e análise dos dados mais relevantes da pesquisa, de modo a explicar de forma compreensível os objectivos deste trabalho. Para a materialização desta pesquisa adoptou-se a metodologia qualitativa com enfoque cada um dos objectivos abaixo mencionados:

a) Identificar as espécies mais relevantes para o turismo de contemplação na REM. Para atendimento desse objectivo realizou-se uma revisão bibliográfica com foco no levantamento de fauna realizados dentro e em torno da REM;

b) Identificar as espécies mais relevantes para o turismo de observação Para o alcance deste objectivo realizaram-se entrevistas com os gestores da REM, com os residentes da reserva e com os utentes/turistas, buscando levantar que espécies são mais procuradas pelos turistas e as informações obtidas serão compiladas numa matriz;

c) Mapear os lugares identificados com uso GRPS. Para materialização deste objectivo usou-se as respostas do questionário e com GRPS marcou-se as coordenadas geográficas;

d) Elaborar o guião contendo as principais informações sobre a fauna silvestre existente na REM para o alcance deste objectivo analisou-se a informação recolhida na base do questionário.

2.1.6. *Variáveis*

As Variáveis são factores ou circunstâncias que influem directa, ou indirectamente sobre o facto, ou fenómeno investigado (Andrade, 2006).

Segundo Cervo e Bervian (2002), as variáveis são aspectos, propriedades ou factores reais ou potencialmente mensuráveis os valores que assumem e discerníveis em objecto de estudo.

Para responder aos objectivos da pesquisa trabalhou-se com os gestores da REM, com a comunidade residente dentro da reserva e ao redor, com os visitantes e com os turistas. As variáveis para presente pesquisa são os principais animais silvestres, o local e a hora de observação.

2.1.7. Amostra

Após um criterioso planeamento e a definição dos objectivos da pesquisa, inicia-se a selecção das características mensuráveis do fenómeno que se pretende pesquisar, partindo, então, para a colecta dos dados necessários à sua descrição. Nesse momento, a estatística fornece métodos para a colecta, a organização, a descrição, a análise e a interpretação de dados e para a utilização destes na tomada de decisão. (CRESPO, 2002).

Nesta fase, é importante determinar como será organizada e operacionalizada a colecta dos dados relativos ao processo de pesquisa. Tudo deve ser planeado com muito cuidado para que os dados a serem levantados forneçam informações relevantes em relação aos objectivos da pesquisa.

Segundo (BARBETTA, 2006), diz que a decisão sobre o conjunto de elementos que se pretende pesquisar, chamada “população alvo”, e a definição correta do tamanho da “amostra”, bem como do tipo de amostragem neste momento é essencial para obtenção de resultados generalizáveis.

Conforme (OLIVEIRA, 2002), o universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum [...] dependem do assunto a ser investigado. Uma amostra é como um subconjunto finito de uma população (LABES, 1998).

A amostra é o subconjunto do universo ou população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características dele. (Gil, 2008,).

Segundo Teixeira (2003) existem dois tipos de amostra: probabilística, baseada em procedimentos estatísticos, e não probabilística. Da amostra probabilística podem ser destacadas: aleatória simples, sistemática, estratificada, por conglomerado por etapas, estas utilizadas, proeminentemente, na pesquisa de natureza quantitativa. Já da amostra não-probabilística resultam aquelas seleccionadas por acessibilidade, por tipicidade e por cotas, próprias aos estudos qualitativos.

De acordo com Dencker (1998), a amostra não probabilística é qualquer tipo de amostragem em que a possibilidade de escolher um determinado elemento no universo é desconhecida. A população desta pesquisa é composta por 249 elementos, abrangendo turistas, visitantes, residentes e colaboradores da REM.

2.1.8. Procedimento

Questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimento, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passados (Gil, 2008, p.121).

2.1.9. Hipóteses de trabalho

Compreende-se que as hipóteses são instrumentos típicos das ciências físicas que vieram a enriquecer a pesquisa social (Boaventura, 2007). Entende-se que para melhor operacionalização do problema, ele deve ser desdobrado em questões que possibilitem a sua compreensão e funcionalidade, permitindo o emprego de instrumento, de técnicas e de processo de investigação, como entrevistas, questionários, formulários, observações, etc.

O papel da hipótese na pesquisa é trazer explicações para os factos que são a solução para o caso. Podem ser verdadeiras ou falsas, mas sempre que bem elaboradas, conduzem à verificação empírica que é o propósito da pesquisa (Gil, 2008, p 41).

CAPÍTULO 4: RESULTADOS

4.1. Introdução

Após a revisão da literatura e a recolha de dados por via do inquérito tendo como objectivo a elaboração de um guião de identificação e localização das espécies mais relevantes para o turismo de contemplação na REM. Os objectivos específicos são identificar as espécies mais relevantes para o turismo de contemplação na REM, mapear os lugares identificados com uso GRPS e elaborar o guião que contem as principais informações sobre espécies mais relevantes para o turismo de contemplação na REM. Sendo assim apresentam-se os resultados, tomando e conta o questionário.

Os resultados obtidos permitirão identificar as espécies relevantes para o turismo de contemplação em seguida o mapeamento, a elaboração de um guião com as principais informações concorrendo desse modo no incremento de turista na REM.

A apresentação dos resultados será efectuada através de gráficos e tabelas elaborados com recurso a *Microsoft zona Excel*.

4.2. Resultados da primeira questão do questionário

1. Quais são espécies relevantes que os turistas e visitantes gostam/ou gostariam de observar na REM?

O resultado desta questão é apresentado por cada grupo dos inquiridos nomeadamente os gestores e colaboradores da REM, os Residentes dentro e zona tampão, os utentes e Turistas total de 249 indivíduos.

4.2.1. Gestores e colaboradores da REM

A seguir apresentam-se na tabela 4:1 os resultados do inquérito realizado aos gestores e colaboradores em tabela e figuras.

Animais existente na REM	Gestores e colaboradores	
	N ^o	%
Aves	1	0.98%
Boi-Cavalo	8	7.84%
Chango	2	1.96%
Crocodilo	2	1.96%
Cudo	2	1.96%
Elefante	23	22.55%
Gazela	4	3.92%
Girafa	17	16.67%
Hipopótamo	9	8.82%
Impala	3	2.94%
Inhala	2	1.96%
Javali	5	4.90%
Macaco	1	0.98%
Piva	3	2.94%
Porco-espinho	1	0.98%
Zebra	19	18.63%
Total	102	100.00%

Tabela 4:1:gestores e colaboradores inqueridos.

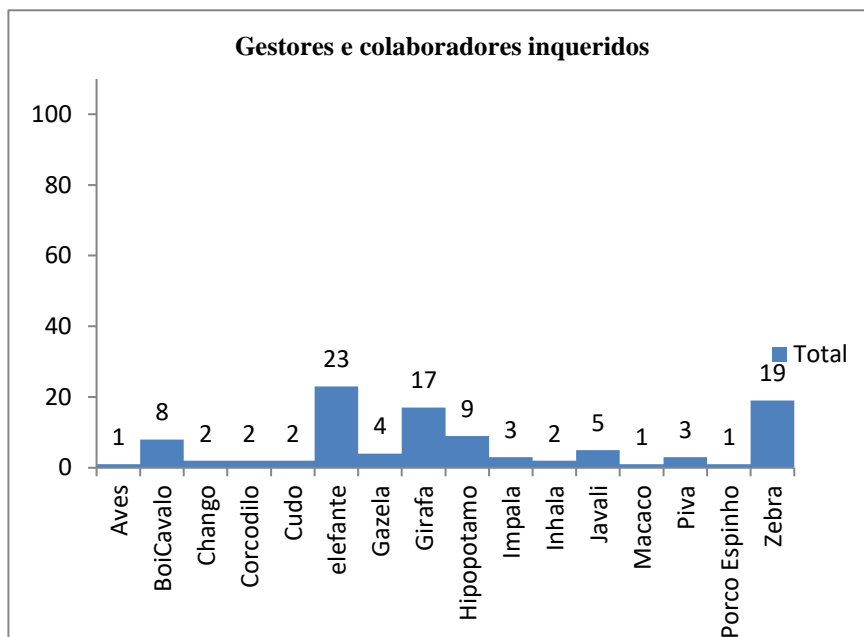


Figura 4.1: gestores e colaboradores inqueridos.

Dos 102 gestores e colaboradores inqueridos que responderam a esta questão para identificar os animais existentes na REM, os que são relevantes para a observação, destes destaca se elefante com 23 indicações que corresponde a 22,5%, a Girafa com 17 o que correspondente à (16.67%), a zebra com 19 o que equivale a 18.83%, o Hipopótamo com 9 que corresponde à (8.82%), o Boi-cavalo com 8 que corresponde à (7.84%).

4.2.2. Residentes dentro e na zona tampão da REM

A seguir apresentam-se na tabela 4:2 os resultados do inquérito realizado aos residentes dentro e na zona tampão da REM em tabela e figuras no total 102.

Animais existente na REM	Residentes na dentro e zona tampão da REM	
	Nº	%
Aves	0	0,0%
Boi-Cavalo	9	9,9%
Chango	2	2,2%
Crocodilo	1	1.1%
Cudo	3	3.03%
Elefante	24	24,24%
Gazela	1	1,01%
Girafa	20	20,20%
Hipopótamo	4	4,04%
Impala	4	4,04%
Inhala	0	0%
Javali	1	1.1%
Macaco	6	6,06%
Piva	7	7,07%
Porco-espinho	0	0%
Zebra	17	17.17%
Total	99	100.00%

Tabela4.2: residentes dentro e na zona tampão da REM

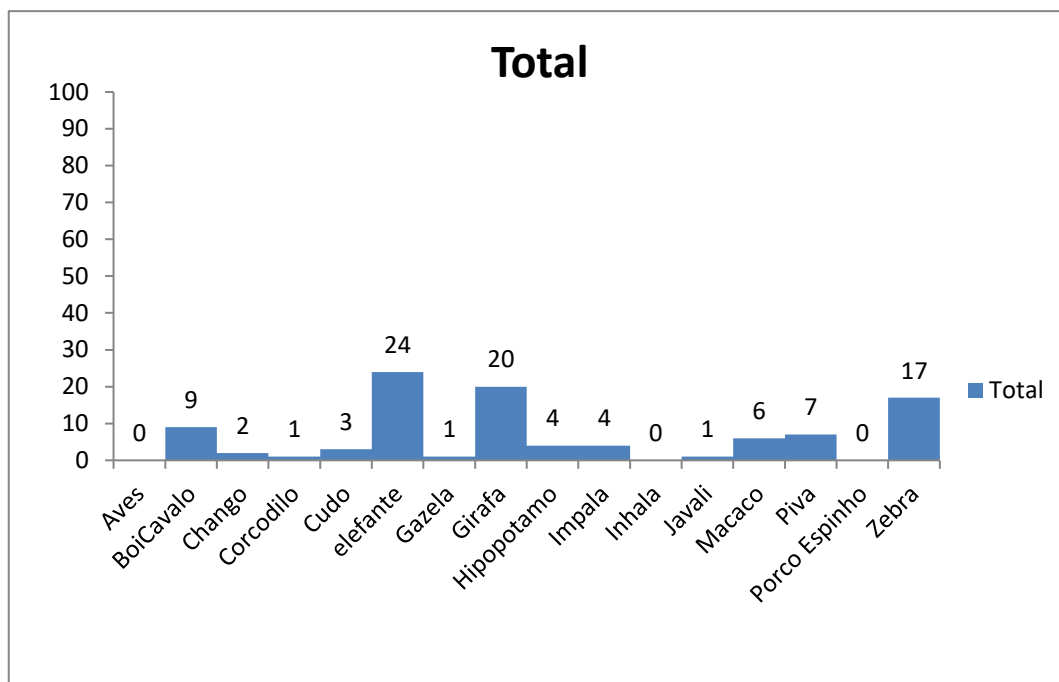


Figura 4.2: Residentes dentro e na zona tampão

Dos 99 Residentes dentro e na zona tampão, inquiridos que responderam a esta questão para identificar os animais existentes na REM, os que são relevantes para a observação, destes destaca se elefante com 24 indicações que corresponde a 24.24%, a Girafa com 20 o que correspondente à (20.20%), a zebra com 17 o que equivale à (17.17%), Piva com 7 que corresponde à (7.07%), o boi-cavalo com 9 que corresponde à (9.9%).

4.2.3. Tabela e gráfico dos Turistas e utentes da REM

A seguir Tabela 4:3 apresenta os resultados do inquérito realizado aos turistas e utentes da REM em tabela e figura totalizando 99 inqueridos.

Animais existente na REM	Turistas e Utes	
	Nº	%
Aves	2	4.17%
Boi-Cavalo	2	4.17%
Chango	0	0
Crocodilo	1	2.08%
Cudo	3	6.25%
Elefante	13	27.08%
Gazela	0	0%
Girafa	15	31,25
Hipopótamo	2	4.17%
Impala	2	4.17%
Inhala	0	0%
Javali	1	2.08%
Macaco	0	0%
Piva	0	0%
Porco-espinho	0	0%
Zebra	7	14.5%
Total	48	100%

Tabela 4.3: números e percentagem turistas e utentes inqueridos REM

Dos 48 Turistas e utentes inqueridos que responderam a esta questão para identificar os animais existentes na REM, os que são relevantes para a observação, destes destaca se elefante com 13 indicações que corresponde à (27.08%), a Girafa com 15 o que correspondente à (31.25%), a zebra com 7 o que equivale à (14.5%), Cudo com 3 que corresponde à (6.25%).

4.2.4. Números total dos inqueridos Turistas e utentes, Gestores e colaboradores da e residentes dentro e na zona tampão da zona REM.

A seguir a figura 4:3 apresenta os resultados do inquérito realizado aos turistas e utentes, gestores e colaboradores e residentes dentro e na zona tampão da REM em gráfico.

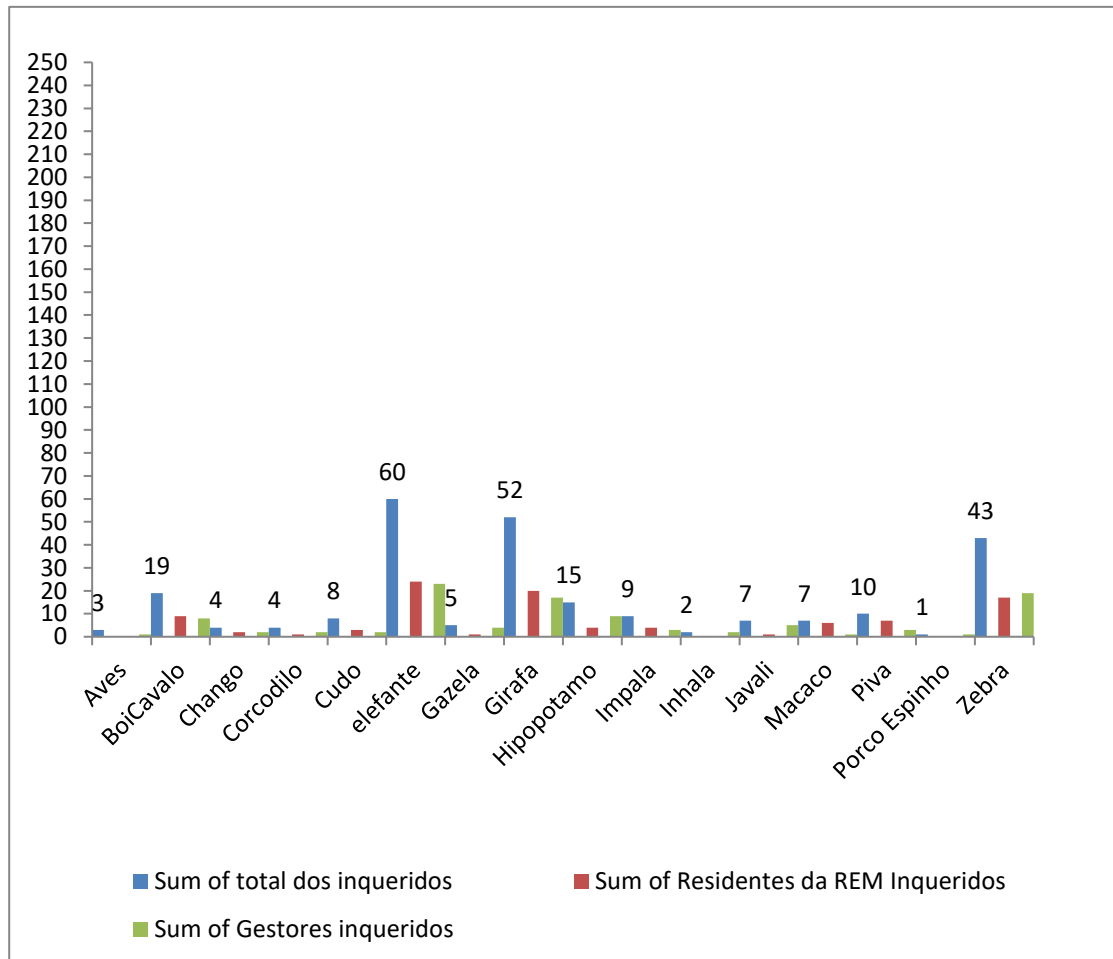


Figura 4:3: Amostra total dos inqueridos

Dos 249 da amostra total dos inquiridos, analisando a figura 4.3 na perspectiva do objectivo deste trabalho pode-se observa que os inquiridos na ordem decrescente apontaram como animais relevantes para o turismo de observação indicaram o Elefante com 60, a Girafa com 52 e Zebra 43 com maior destaque e como segundo grupo o Boi-cavalo com 19, o Hipopótamo com 15 e Piva com 10, em terceiro plano mostram a preferência que varia de 0 à 9.

4.2.5. Resultados da segunda questão do questionário

1. Indique os lugares e hora que se pode observar as espécies relevantes para o turismo de contemplação?

Esta Pergunta foi direccionada aos gestores e colaboradores da REM, tendo em conta que eles são os que monitorizam os movimentos dos animais, sendo assim foi fornecida a informação necessária para questão levantada.

Animais existente na REM	Lugar de Observação
Elefante	Planície dos elefantes
	Estrada Principal
Girafa	Estrada principal
	Acesso difícil
Zebra	Planície dos Elefantes
	Estrada Principal
Boi-Cavalo	Planície dos elefantes
	Estrada Principal
Hipopótamo	Lagoa Xingute
	Lagoa Mundi
	Lagoa Max

Tabela 4.4:local de observação dos animais

4.2.6. Resultado da Terceira questão do questionário

1. Achas que a elaboração do guião com as principais informações do lugar e a hora de possível observação de espécie relevante pode ajudar a potenciar o turismo de contemplação?

SIM ()

NÃO ()

Dos 249 inquiridos (Gestor, e colaboradores, residentes dentro e na zona tampão, turistas e utentes) responderam de forma positiva ou seja, todos disseram que o guião ajuda a potenciar o turismo.

CAPÍTULO 5: DISCUSSÃO E ANÁLISE

Este capítulo tem como intuito fazer a análise e a interpretação dos dados recolhidos através do inquérito aplicado aos colaboradores da Reserva, aos utentes/turistas e residentes, confrontando os resultados para verificar as espécies relevantes para o turismo de observação, os possíveis lugares e a hora de observação, o mapeamento e a descrição das principais características dos Animais relevantes.

De acordo com Fonseca (2008), explica que para a discussão e análise baseia em dados mensuráveis das variáveis, procurando verificar e explicar a sua existência, relação ou influência sobre outra variável. Quando uma pesquisa se vale desse tipo, ela procura analisar a frequência de ocorrência para medir a veracidade ou não daquilo que está a ser investigado.

Segundo o DENCKER (2000), diz que o objectivo da análise é reunir as informações de forma coerente e organizada, visando a responder o problema de pesquisa. O mesmo autor enfatiza que a interpretação proporciona um sentido mais amplo aos dados colectados, fazendo a relação entre eles. Esta etapa pode ser de carácter quantitativo ou qualitativo, utilizando várias técnicas para o tratamento dos dados. É conveniente a realização de uma análise descritiva, apresentando uma visão geral dos resultados, e, na sequência, análise dos dados cruzados, que possibilita perceber as relações entre as categorias de informação, e da análise interpretativa. (DENCKER, 2000).

Sabendo disso, foi utilizado o programa de estatística descritiva com recurso a *Microsoft zona Excel* para discutir e analisar as questões pertinentes da problemática em estudo. A seguir demonstra-se os principais contributos deste estudo de acordo com do questionário da pesquisa.

5.1. Análise e interpretação da primeira questão do questionário

Analisando e interpretando os resultados da primeira questão relacionado com as espécies relevante para o turismo de contemplação a figura 5:1 ilustra de uma forma clara a tendência dos inquiridos da preferência que são o Elefante com 60, a Girafa com 52, Zebra 43 o Boi-cavalo com 19, o Hipopótamo com 15.

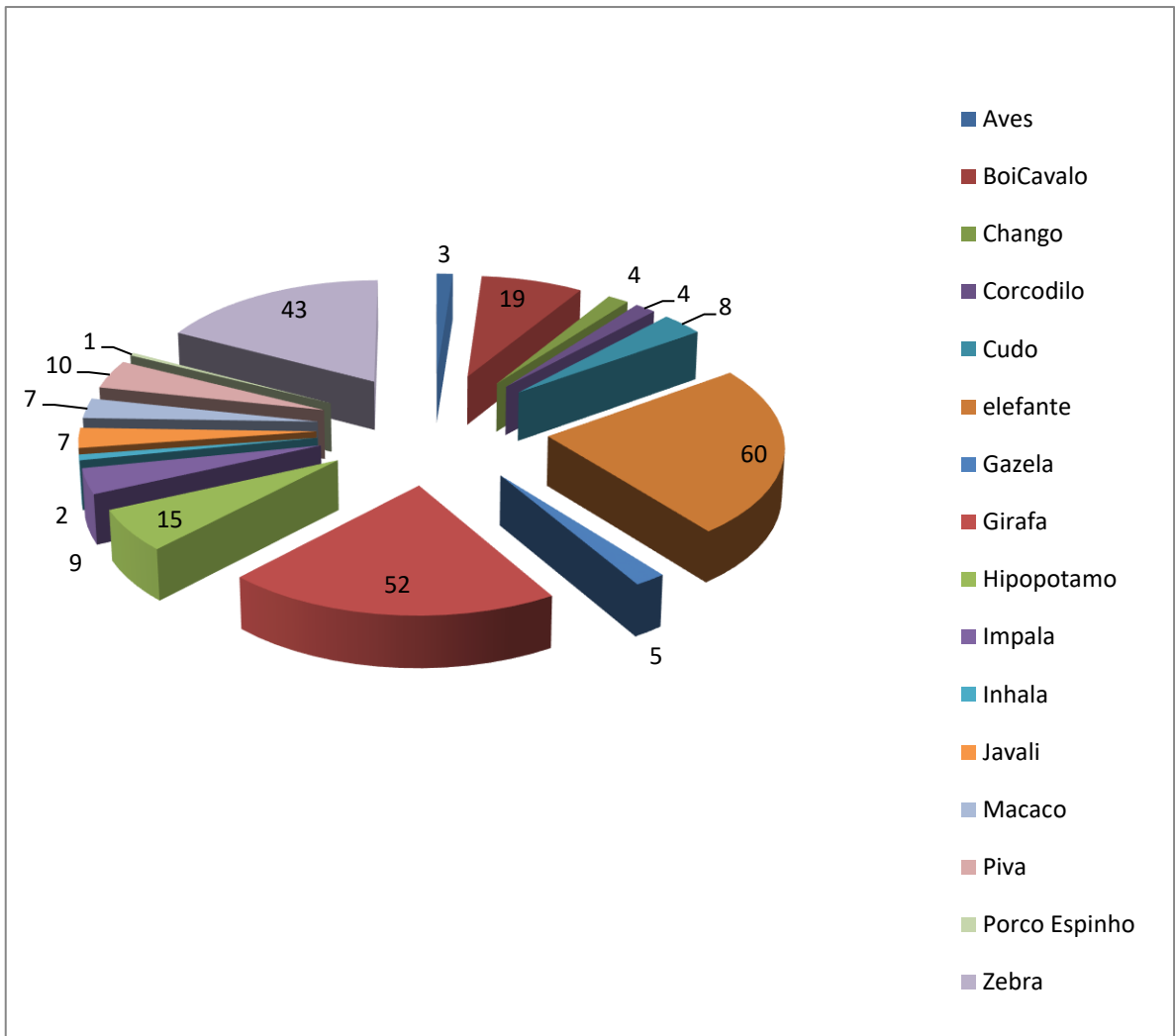


Figura 5.1: Animais relevantes preferidos pelos inqueridos

Estudos realizados relativos as espécies de contemplação, segundo Dias e Figueira (2010), O Turismo de observação de aves: Um Estudo De Caso Do Município De Ubatuba/SP-Brasil considera que neste início de século tem-se evidenciado o papel dos recursos endógenos na promoção do desenvolvimento local, com especial destaque para a biodiversidade vinculada ao turismo e constituindo-se assim, uma actividade económica dinâmica e com grande potencial em termos de sustentabilidade. O mesmo estudo aponta de que o turismo de natureza ou em áreas naturais cresceu de tal forma que as actividades disponibilizadas aos turistas estão cada vez mais diversificadas. Tanto que actualmente o turista não se contenta apenas com uma caminhada ou percurso pedestre no meio natural. As caminhadas em meio natural ganharam um novo sentido e novas interpretações, e para que isso ocorra é preciso que informações mais detalhadas sejam passadas a estes visitantes de áreas naturais ávidos por conhecimento (Dias e Figueira 2010).

De acordo com Alvarenga e Barreto (2008), o turismo de observação de baleias pode promover também a mudança de valores naqueles que dele participam a valorizar as baleias como recurso natural vivo. As formas como os indivíduos se relacionam com o meio onde estão inseridos irão determinar as suas acções em prol da conservação das espécies, ou não. Todavia os mesmos autores afirmam da pesquisa realizada que utilizando-se os questionários de auto avaliação aplicados antes das palestras educativas e após o desembarque de 72 turistas na Praia do Forte, Bahia, em cruzeiros de observação de baleias Jubarte (*Megaptera novaeangliae*) pode-se quantificar os sentimentos e valores dos grupos estudados. Para quantificar as mudanças de sentimentos e valores fez-se uso de escalas analógicas visuais, método de psicologia experimental.

Ao nosso entender a preferência dos inquiridos por:

- a) Elefante;
- b) Girafa;
- c) Zebra;
- d) Boi-cavalo e)
- Hipopótamo.

Em ordem decrescente, constituem mais-valia para o turismo de observação.

5.2. Análise e interpretação da segunda questão do questionário

Esta questão foi específica para os colaboradores e gestores da REM, tendo em conta a especificidade do seu trabalho como a monitoramento do movimento dos animais tanto para o pasto como na procura da água. Deste modo indicaram os seguintes lugares da possível observação dos animais relevantes. Foi neste quadro que se marcam os pontos ou tiram se coordenadas geográfica com uso de GRPS. A tabela 4:2 indica os lugares, a hora e a coordenadas geográficas.

De acordo (Miller & Twining-Ward, 2005; Gitzen, et al., 2012), um componente essencial de qualquer estratégia de gestão do turismo é um compromisso com o monitoramento sustentado que monitora as condições actuais, avalia a eficácia das acções de gestão e fornece a base para tomar as medidas correctivas adequadas e quaisquer ajustes necessários aos planos de manejo.

No entanto, programas de monitoramento sustentados e eficazes exigem um bom desenho do programa, selecção cuidadosa de indicadores, medidas e um compromisso de longo prazo com o financiamento, pessoal, equipamentos e infraestruturas para sua implementação (Miller & Twining-Ward, 2005; Gitzen, et al., 2012).

Todavia é importante considerar que a definição de área protegida, categorias de gestão e de governança da UICN tem em conta os seguintes princípios importantes a observar durante o monitoramento:

- a) Reserva natural estrita: Áreas estritamente protegidas em biodiversidade, podendo incluir também, características geológicas/geomorfologias, onde a visitação, o uso e os impactos humanos são limitados e controlados para garantir a protecção dos valores de conservação;
- b) Área silvestre: Áreas normalmente grandes, não modificadas ou ligeiramente modificadas, que mantêm o seu carácter e sua influência natural, sem habitação humana permanente ou significativa, protegidas e geridas para preservar a sua condição natural;
- c) Parque nacional: grandes áreas naturais ou quase naturais que protegem processos ecológicos de grande porte, com espécies e ecossistemas característicos. Também oferecem oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreativas e de visita que são ambientais e culturalmente compatíveis;
- d) Monumento ou característica natural: Áreas reservadas para proteger um monumento natural específico, que podem ser um acidente geográfico, uma montanha submarina, uma caverna submarina, uma característica geológica, como uma caverna ou uma característica viva, por exemplo, uma floresta antiga;
- e) Área de gestão de habitat/espécies: Área para proteger determinadas espécies ou habitats, onde a gestão reflecte essa prioridade. Muitas vão precisar de intervenções regulares e activas para atender às necessidades de determinadas espécies ou habitats, mas este não é um requisito da categoria;
- f) Paisagem terrestre ou marinha protegida: onde a interacção das pessoas e da natureza ao longo do tempo produziu um carácter distinto com significativo valor ecológico, biológico, cultural e estético, e onde salvaguardar a integridade dessa interacção é vital para proteger e sustentar a área e os seus valores associados de conservação da natureza e outros;
- g) Áreas protegidas, com uso sustentável dos recursos naturais: Áreas que conservam ecossistemas, com valores culturais associados e sistemas tradicionais de gestão de recursos naturais. Geralmente grandes, principalmente em uma condição natural, com uma parte sob gestão sustentável de recursos naturais, e onde o baixo nível de uso dos mesmos, compatível com a conservação da natureza, é considerado um dos principais objectivos.

Os princípios gerais que regem a Gestão e Administração das Áreas Protegidas são seguintes:

1. Competências estratégicas:

- ✓ Alcance sobre o papel de uma área protegida e como ela se encaixa nas necessidades e expectativas locais, regionais, nacionais e até internacionais.
- ✓ Competências de planeamento: as necessidades específicas para integrar turismo de visita e outras metas de gestão de áreas protegidas, além de abordar como a área protegida pode incentivar o desenvolvimento económico numa área local.

2. Competências operacionais:

- ✓ As necessidades do dia-a-dia da gestão do turismo de visita. “Princípio da Propriedade dos Recursos Naturais;

3. Princípio do Desenvolvimento Sustentável;

4. Princípio de Exploração Sustentável dos Recursos Naturais;

5. Princípio da Integração das Comunidades Locais e do Sector Privado e

6. Princípio do Estabelecimento de Parcerias e Cooperação Internacional.

Os Princípios Específicos e os Respectivos Pilares da Fiscalização e Protecção são:

- a) Investigação e pesquisa;
- b) Cooperação internacional;
- c) Infraestruturas;
- d) Responsabilidade;
- e) Conservação dos recursos hídricos;
- f) Gestão de conflito homem-animal;
- g) Educação ambiental;
- h) Adequação dos limites das áreas protegidas;
- i) Aspectos de veterinária e controlo de doenças;
- j) Transladação e introdução de animais selvagens;
- k) Consolidação da rede nacional de áreas de protecção;
- l) Protecção de Ecossistemas e Habitats frágeis e únicos.

No caso específico de Mocambique , no REM os gestores e colaboradores são os responsáveis pela monitoria e gestão da reserva através:

- a) Uso de satélites e colera electrónica de controlo de movimento dos animais ;

- b) Meios circulantes como carros e motos de 4 rodas;
- c) Fotografias aéreas com uso de aeronaves.

Com bases nestes meios tem-se conhecimentos sólidos sobre a localização, hora e área de observação dos animais.

Todavia na nossa região (África) podemos notar diferença na gestão nas áreas protegidas, tal e o caso do Kruger National Park (Parque Nacional Kruger). Este é a maior e mais famosa área de fauna protegida da África do Sul, cobrindo cerca de 20.000 km² (aproximadamente do tamanho do País de Gales), localizada no nordeste do país, nas províncias de Mpumalanga e Limpopo e faz fronteira com distritos de Moçambique. Tem uma extensão aproximada de cerca de 350 km de norte a sul e 60 km de leste a oeste. (ver anexo I)

O Kruger Park é um Parque Nacional dentro da África do Sul com uma área pública que tem regras de parque, com horários de entrada e saída (bem diferentes das reservas privadas) e a da REM. Os veículos só podem circular pelas estradas demarcadas. Ou seja, para ver os animais de perto, somente se o animal estiver na beira ou cruzar a estrada. Existem hospedagens dentro das áreas demarcadas, assim como a possibilidade de comprar safaris para circular no interior dos parques. Sempre há uma taxa para entrada no parque (por pessoa), que varia de acordo com a unidade. Esta constitui uma gestão moderna existindo (Time Table) que ajuda na localização e maior diversão dos turistas.

Na área de 160 km² do Parque Nacional dos Vulcões (VNP por seu acrónimo em inglês) em Ruanda, o gorila da montanha ameaçado (*Gorilla beringei beringei*) é a principal atracção turística. Em Ruanda, o turismo em áreas naturais tem sido entusiasticamente apoiado pelo governo e pelos conservacionistas, e desempenha um papel crucial na conservação dos gorilas das montanhas (Plumptre, et al., 2004). Segundo Fawcett (2009) alguns dos benefícios do turismo de observação de gorilas da montanha são:

• **Ambiental:**

- a) Embora existam muitas outras variáveis que afectam as populações de gorilas das montanhas, sugeriu-se que a presença de turistas agia como um impedimento para os caçadores ilegais.

• **Económico:**

- Oportunidades de emprego são oferecidas às populações locais (incluindo ex-caçadores furtivos) como guias, rastreadores e guardas anti-caça ilegal.

• **Social:**

- Entre 2005 e 2010, cerca de US\$ 428.000 foram investidos directamente em projectos comunitários ruandeses, incluindo construção de escolas, projectos de protecção ambiental (por exemplo, plantio de árvores, controle de erosão do solo), instalação de mais de 30 tanques de água que atendem a pelo menos 1.250 pessoas e implementação de iniciativas de segurança alimentar. Os projectos foram financiados através de um esquema de partilhar a receita, no qual 5% das receitas do turismo provenientes das taxas do parque são usadas em projectos comunitários em torno da área protegida.

5.3. Análise e interpretação terceira questão do questionário

Esta questão abrangia toda a população de amostra (249) e estava relacionada com a relevância de elaboração do guião com as principais informações do lugar e a hora de possível observação de espécie, se este podia ajudar a potenciar o turismo de observação. Pela resposta dos 249 inqueridos afirmaram que o guião é pertinente para potenciar o turismo de contemplação.

5.3.1. Mapa da Reserva especial de Maputo e tabela com os principais lugares de observação dos animais

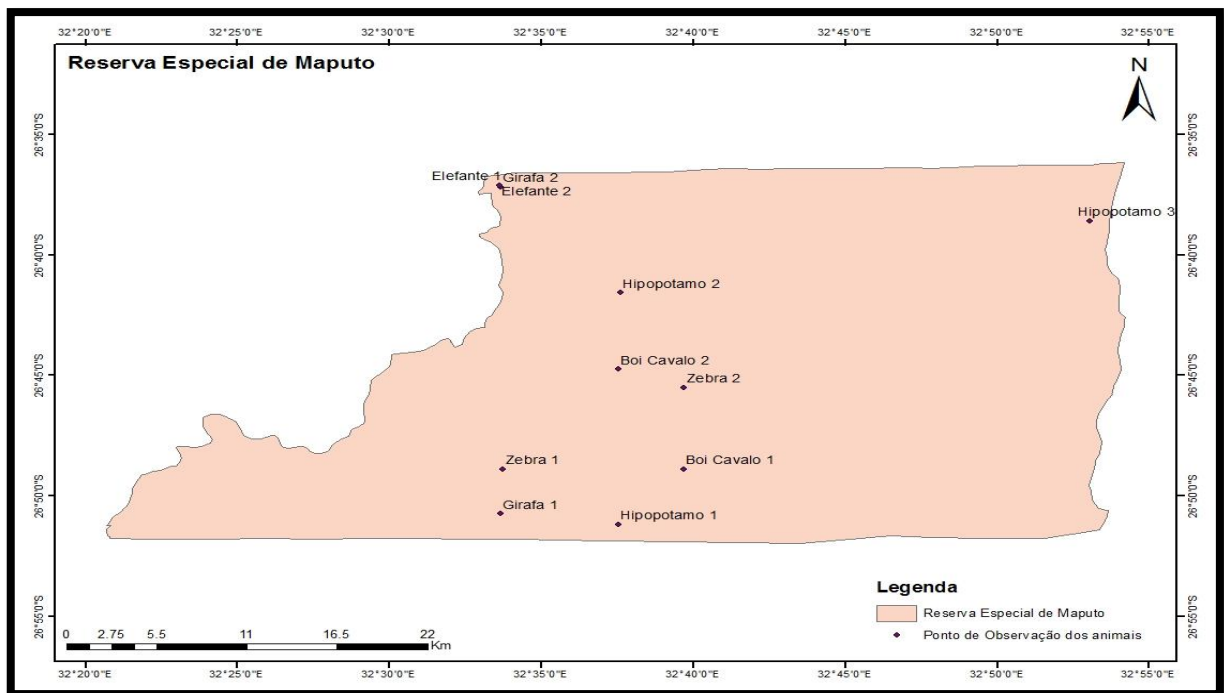


Figura 5:2 Mapa com os pontos de observação dos animais

A Figura 5:2 mostra os pontos de Localização das espécies relevantes e a tabela 5:3 indica os animais, as coordenadas geográficas, o nome do local de observação e a possível hora de observação.

Animal	X	Y	Nome do local de observação	Hora de possível hora de observação
Elefante 1	32°81' 11.78"	-26°49' 75.68"	Planície dos elefantes	Manha-6 às10-Tarde 15 às 18
Elefante2	E 32°72' 52.26"	-26°57' 83.14"	Estrada principal	Manha-6 às10-Tarde 15 às 18
Girafa 1	E32°73' 36.51"	-26°50' 45.26"	Área de difícil acesso	Manha-6 às10-Tarde 15 às 18
Girafa 2	E32°72' 52.26"	-26°57' 83.14"	Estrada principal	Manha-6 às10 Tarde 15 às 18
Zebra 1	E 32°81' 48.05"	-26°48' 53.66"	Planície dos elefantes	Manha-6 às10-Tarde 15 às 18
Zebra 2	E32°72' 52.26"	-26°57' 83.14"	Estrada principal	Manha-6 às10-Tarde 15 às 18
Boi – cavalo 1	E32°81' 48.05"	-26°48' 53.66"	Planície dos elefantes	Manha-6 às10-Tarde 15 às 18
Boi-cavalo2	E 32°72' 52.26"	-26°57' 83.14"	Estrada principal	Manha-6 às10-Tarde 15 às 18
Hipopótamo 1	E32°80' 35.18"	-26°51' 12.05"	Lago Xingute	Manha-6 às10-Tarde 15 às 18
Hipopótamo2	E32°87' 86.2"	-26°41' 35.25"	Lagoa Mundi	Manha-6 às10-Tarde 15 às 18
Hipopótamo3	E32°82' 68.13"	-26°38' 36.75"	Lagoa Max	Manha-6 às10-Tarde 15 às 18

Tabela 5:3 coordenadas, lugar e hora de observação dos animais relevantes

Os principais tipos de monitoramento relevantes para a gestão do turismo:

1. Monitoramento do uso público;
2. Monitoramento do impacto do visitante;
3. Monitoramento da experiência do visitante e;
4. Monitoramento da eficácia da gestão.

O monitoramento de recursos naturais de base comunitária (MRNBC) é diferente dos programas tradicionais de monitoramento, pois permite que os membros da comunidade local

determinem quais aspectos dos recursos devem ser monitorados e, frequentemente, envolvem a participação pública na coleta e análise de dados.

Segundo Ashley e Barnes (1996) no âmbito de programas de monitoramento foi introduzido na Namíbia como uma solução para a caça ilegal, bem como para promover oportunidades de turismo e apoiar a preservação da vida selvagem. Em 1996, as organizações conservacionistas iniciaram o movimento MRNBC, dando certos direitos às comunidades para se beneficiarem da vida selvagem em terras comunais. Especialistas externos projectaram os primeiros sistemas de monitoramento, os membros da organização colectaram dados e especialistas externos analisaram os resultados, sem feedback para as organizações. Em resposta, foi desenvolvido o “Event Book System”, que está em operação desde 2000. Nesse sistema, os membros da comunidade local decidem o que monitorar e como coletar os dados e realizar todas as análises.

Os índices de monitoramento são determinados com base nas prioridades da comunidade para a gestão de recursos naturais.

Protocolos padronizados são preparados e compartilhados para coleta de dados, relatórios e acompanhamento de tendências de longo prazo. As partes interessadas externas fornecem treinamento de habilidades e realizam uma auditoria anual, e os dados são colectados com a permissão dos membros da equipe de conservação e realimentados na tomada de decisões. O conhecimento local é combinado com o conhecimento científico de especialistas externos.

As organizações dentro do ‘Event Book System’ geralmente têm três níveis de hierarquia institucional, incluindo guardas-florestais comunitários, um supervisor de recursos naturais e um gerente de conservação ou presidente eleito. Esta estrutura multinível contribui para a sustentabilidade do programa. Em 2010, havia mais de 50 programas de MRNBC na Namíbia, e o ‘Event Book System’ também foi implementado em Moçambique, na Tanzânia, no Botswana e no Camboja.

De acordo com (Eagles & McCool, 2002), o princípio básico do desenvolvimento do turismo em áreas protegidas é que as experiências dependem dos atributos da área e não devem comprometer os valores de conservação contidos dentro dela a gestão competente. Conforme (Cole, 2004; Jager et al., 2006; Worboys, et al., 2015) considera que é essencial não apenas para a protecção da área, mas para a realização do turismo sustentável. A administração deve assegurar que os impactos dos visitantes estejam dentro de limites aceitáveis e possibilite os tipos de experiências apropriados para a área protegida e consistentes com seus objetivos de conservação

Construir competência profissional é uma maneira de se tornar mais eficiente na tomada de decisões e implementação.

Na concepção do (McCool, et al., 2012, Appleton, 2016), consideram que As competências essenciais (ou seja, habilidades indispensáveis) precisam ser desenvolvidas junto a uma variedade de pessoas envolvidas na gestão do turismo em áreas protegidas, incluindo:

- Gestores que detêm a responsabilidade legal de proteger o património natural da área e os valores culturais associados, para projectar e gerir planos de turismo apropriados;
- Planificadores, arquitectos, engenheiros e trabalhadores a construção que desenvolvem e mantêm instalações (por exemplo, estradas, trilhas, centros de visitantes, banheiros, mirantes);
- Funcionários de empresas locais que prestam serviços necessários (por exemplo, comida, transporte, hospedagem, interpretação);
- Operadores turísticos comerciais que conduzem as actividades que geram experiências para os visitantes;
- Funcionários de organizações de marketing comunitárias e de destino que promovem a área protegida;
- Cientistas que desenvolvam conhecimento sobre os impactos do turismo e os tipos de experiências que os visitantes procuram em uma área;
- Outros indivíduos que ajudam comunidades e residentes a lidarem com impactos sociais e explorar novas oportunidades; e
- Especialistas em comunicação que desenvolvam materiais educacionais ambientais e culturais.

A disponibilização de experiências de visita apropriadas e de alta qualidade requer uma abordagem integrada envolvendo cada um desses stakeholders. Cada um, portanto, requer um conjunto de competências para desempenhar de forma responsável e eficaz.

Segundo McCool et al. (2012), identificam três áreas de competência profissional necessárias aos gestores de áreas protegidas em relação ao turismo que são:

1. Competências estratégicas: o pensamento de longo alcance sobre o papel de uma área protegida e como ela se encaixa nas necessidades e expectativas locais, regionais, nacionais e até internacionais;
2. Competências de planeamento: as necessidades específicas para integrar turismo, visita e outras metas de gestão de áreas protegidas, além de abordar como a área protegida pode incentivar o desenvolvimento económico em uma área local;

3. Competências operacionais: as necessidades do dia-a-dia da gestão do turismo e visita. Com efeito a ausência de um guião que permita aos turistas, e outros agentes de turismo que permita planificar e organizar visitas a Reserva Especial de Maputo enfrenta as reais potencialidades do turismo consequentemente baixa a renda, oportunidades de emprego para os locais e o fraco desenvolvimento do distrito. Nesta ordem os inqueridos validaram a pertinência da existência do guião.

5.4. Principais características e informações dos animais relevantes

5.4.1. Elefante

O elefante-africano (*Loxodonta*) é um género da família elephantidae. O género é composto por duas espécies existentes de elefante: elefante-da-savana (*Loxodonta africana*) e elefante da floresta (*Loxodonta cyclotis*).

Os elefantes alimentam de ervas gramíneas, frutas e folhas de árvores, portanto são herbívoros. Dado o seu tamanho, um elefante adulto pode ingerir entre 70 a 150 kg de alimentos por dia. As fêmeas vivem em manadas de 10 à 15 animais, lideradas por uma matriarca, compostas por várias reprodutoras e crias de variadas idades.

O período de gestação das fêmeas é longo (20 à 22 meses), assim como o desenvolvimento do animal que leva anos a atingir a idade adulta.

Os filhotes podem nascer com 90 kg. Os machos adolescentes tendem a viver em pequenos bandos e os machos adultos isolados, encontrando-se com as fêmeas apenas no período reprodutivo.

Devido ao seu porte, os elefantes têm poucos predadores. Exercem uma forte influência sobre as savanas, pois mantêm árvores e arbustos sob controlo, permitindo que pastagens dominem o ambiente. Eles vivem cerca de 60 anos e morrem quando os seus molares caem, impedindo que se alimentem de plantas.



Figura 5.3:elefante: Fonte: wiki/Elefante. (n.d.)

5.4.2. *Girafa*

Girafa (*Giraffa camelopardalis*) do árabezarAfa , pelo italianogiraffa) é a designação dada a mamíferos artiodátilos, ruminantes, do género Giraffa, da família dos girafídeos, no qual constam quatro espécies (até 2016 considerava-se uma única espécie, a *Giraffa camelopardalis*, ou camelo-leopardo, como eram chamadas pelos romanos quando elas existiam no norte da África, pois acreditava-se que vinham de uma mistura de uma fêmea camelo, com um macho leopardo). São ungulados com número par de dedos.

Os machos chegam a 5 metros de altura e com as suas línguas suas preênsis que alcançam até 50 centímetros são capazes de pegar as folhas de acácias, por entre pontiagudos espinhos nos altos dos galhos que são sua principal fonte de alimentação.

Devido ao baixo teor nutritivo das folhas, as girafas precisam comer grandes quantidades e passam quase 20 horas por dia comendo

O comprimento do corpo pode ultrapassar os 2,25 metros e ainda possui uma cauda com oitenta centímetros de comprimento, não contando com o pincel final. O seu peso pode ultrapassar os 500 quilogramas. Apesar do seu tamanho, a girafa pode atingir a velocidade de 56 km/h, suficiente para fugir de seus predadores.

Leões, hienas e leopardos são predadores dos filhotes de girafas, mas os adultos possuem porte e velocidade suficientes para limitar o número de predadores. As girafas quase não emitem sons.

A gestação dura 420 à 450 dias, nascendo só uma cria de cada vez com uma altura que oscila entre 1,5 e 1,7 metros.

Os filhotes de girafas caem de uma altura de quase 2 metros quando a mãe está de pé durante o nascimento, o que é frequente. A vegetação da savana africana, entretanto, amortece a queda.

É um animal gregário constituindo rebanhos ou bandos pouco numerosos, andando rapidamente, a passo travado e associando-se aos antílopes e avestruzes nas savanas.

As girafas dormem aproximadamente duas horas por dia e um pouco de cada vez. Elas dormem em pé e, apenas em ocasiões muito especiais, quando se sente completamente segura, se deita no chão para descansar.

A girafa só se deita se estiver segura pois, caso um predador se aproxime, ela demora muito tempo para se levantar devido a seu tamanho.



Figura 5.4: girafa fonte: wiki/Girafa (n .d)

5.4.3. *Zebra.*

As zebras são mamíferos que pertencem à família dos cavalos, os equídeos, nativos da África Central e do sul. É nas savanas africanas onde as zebras habitam.

A pelagem deste animal consiste num conjunto de listras contrastantes de cor, com o seu corpo todo branco e algumas listras pretas, dispostas na vertical, exceptuando nas patas, onde se encontram na horizontal. São geralmente animais sociais que vivem desde pequenos em grandes manadas.

Estes animais encontram-se distribuídos por famílias: macho, fêmeas e filhotes, por serem atacados habitualmente por leões, podem se tornar animais extremamente velozes, pois para fugirem dos predadores, utilizam a fuga e os seus fortes coices, podendo quebrar até a mandíbula de um felino. As listras das zebras vão a escurecer com a idade, e estes animais, embora se pareçam, não são todos iguais.

Quando o grupo está se alimentando ou bebendo, um animal fica de guarda. Se um predador se aproxima, como um bando de cães-selvagens-africanos ou leões, o garanhão se move para a parte de trás do rebanho em fuga e garante que nenhum único animal fica para trás ou se separa e se torne vulnerável a ataques.

Zebras que ficam isoladas chamam a atenção para a sua situação, fazendo um som áspero como uma combinação de latido e zurro, que atrai as outras zebras de volta para protegê-la.



Figura 5.5; Zebra: Fonte wiki/Zebr (n .d)

5.4.4. Boi Cavalo (gnu)

O gnu é conhecido como **boi-caval**o em Moçambique é um grande mamífero ungulado do género *Connochaetes*, que inclui duas espécies, ambas nativas do continente africano, o gnu de cauda branca (*Connochaetes gnu*) e o gnu de cauda preta (*Connochaetes taurinus*).

Os gnus pertencem à família dos bóvidos (*Bovidae*), que inclui bovinos, caprinos, bubalinos, antílopes e outros mamíferos ungulados. Podem correr até 80 km/h para fugir dos predadores. Já em defesa da cria, como instinto, a mãe gnu, em fúria, pode enfrentar leopardos, hienas até mesmo leões, com seus chifre-se coices.

A gestação é em média de 260 dias, nascendo apenas uma cria. Vivem em grandes manadas, e pastam pelas savanas. Sua altura é em torno de 1,50 a 2,50 metros, e pesam em média de 250 quilos. Gnus vivem em média apenas 20 anos, embora seja possível atingirem até mesmo os 40 anos



Figura 5:6 Boi- caval: Fonte: wiki/Gun (n .d)

5.4.5. *Hipopotamo*

O hipopótamo-comum (*Hippopotamus amphibius*) ou hipopótamo-do-Nilo é um mamífero [omnívoro] de grande porte da África subsariana e uma das duas únicas espécies não extintas da família Hippopotamidae, sendo a outro o hipopótamo-pigmeu (*Choeropsis liberiensis* ou *Hexaprotodon liberiensis*).

O seu nome provém do grego antigo, significando “cavalo-do-rio”. Apesar das suas semelhanças físicas com os porcos e outros ungulados sartiódátilos (sendo por isso designado de animal porcino), os seus parentes vivos mais próximos são os cetáceos (baleias, os golfinhos, etc.) dos quais divergiram há cerca de 55 milhões de anos.

O antepassado comum das baleias e dos hipopótamos demarcou-se dos outros artiodátilos há cerca de 60 milhões de anos. O fóssil mais antigo conhecido de hipopótamo, pertencente ao género *Kenyapotamus* em África, data de cerca de 16 milhões de anos atrás. Já foi designado como cavalo-marinho e peixe-cavalo.

O hipopótamo-comum é reconhecível pelo seu enorme torso em forma de barril, bocas com grande capacidade de abertura revelando grandes presas caninas, corpo quase glabro (sem pelos), patas em forma de coluna e pelo seu grande tamanho. As patas terminam com quatro dedos distintos com membrana interdigital. Cada dedo assenta no solo pelo seu respectivo casco. Constituem o terceiro maior animal de vida terrestre no que diz respeito ao peso (entre 1½ e 3 toneladas): as únicas espécies em médias mais pesadas são os rinocerontes-brancos e os rinocerontes-indianos, bem como os elefantes.

Tem um comprimento, em média, de 3,5 m e uma altura de 1,5 m. O hipopótamo é um dos maiores quadrúpedes e, apesar do seu aspecto entroncado e patas curtas, consegue facilmente ultrapassar um ser humano. Há registos de velocidades de 30 km/h atingido por hipopótamos em curtas distâncias.

É um animal altamente agressivo e de comportamento imprevisível, sendo considerado um dos animais africanos mais perigosos. Contudo, são uma espécie vulnerável devido à perda dos seus ‘habitats’ e devido à caça pela sua carne, dentição canina de marfim e pela sua pele.

É um animal semiaquático que habita as margens de rios, lagos e pântanos do género dos mangais, podendo mesmo chegar às águas salobras dos estuários, onde um macho dominante preside sobre um troço de rio onde agrupa entre cinco a trinta fêmeas e jovens crias. Durante o dia,

mantêm o corpo fresco ficando na água ou na lama; tanto o acasalamento como o parto ocorre na água. Emergem dela ao anoitecer para se apascentarem na erva. Ainda que se mantenham perto uns dos outros na água, a pastagem é uma actividade solitária, não tendo hábitos territoriais em terra seca.

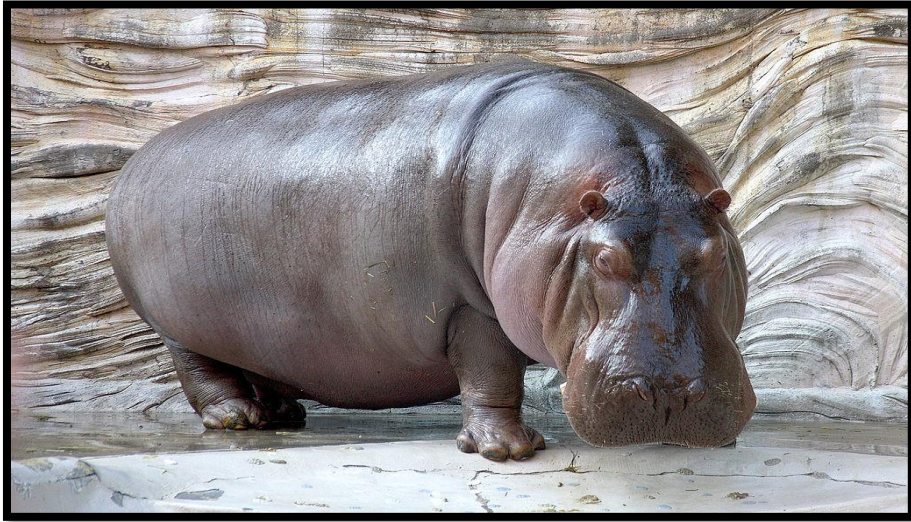


Figura 5.7:Hipopótamo: Fonte: wiki/Hipopotamo (n .d)

CAPÍTULO 6: RECOMENDAÇÕES

De acordo com (SILVA, 2008), argumenta que este capítulo descreve-se, agora, uma síntese da análise, algumas sugestões, tanto de pesquisa quanto em relação ao tema em questão. Pode-se, também, salientar a contribuição e benefícios que o pesquisador propôs quando justificou a importância deste estudo.

Como abordou na análise e discussão das questões colocadas neste trabalho de pesquisa: mapeamento da Localização de Espécies Relevantes Para O Turismo de Contemplação na Reserva Especial de Maputo que cingiam na pertinência de um guião que permita a gestão por parte dos agentes de turismo/turistas e outros utentes. Contudo, a inexistência de estudos aprofundados como capacidade de carga: sendo o estudo do nível de visita que o local suporta, sem causar danos ambientais e sociais e garantindo a qualidade da experiência do visitante, deveria ser constantemente actualizado, já que não é estático, e considerar o plano de manejo da REM. A falta deste significa que a acção impactante do homem sobre a natureza não é relevada, podendo causar danos irreparáveis ao património natural de modo geral:

- ✓ A falta de recursos para pagamento das compensações e reassentamento causa irregularidades fundiárias e problemas sociais na comunidade, na (zona) tampão e dentro da reserva;
- ✓ A falta de infra-estrutura básica para receber os visitantes, como: sede administrativa adequada, posto de vigilância, centro de visitantes; e outros equipamentos (sanitários, refeitórios, água potável, sinalização, entre outros);
- ✓ A falta de pessoal capacitado para receber o visitante e fornecer informações para uma interpretação ambiental, como condutores e guias locais;
- ✓ A ausência de investimentos e interesse público/privado na REM e;
- ✓ Dificuldades de gestão dos Parques, pela falta de recursos humanos, financeiros e técnicos.

Neste contexto, o desenvolvimento da actividade turística nestas áreas tem sido defendido por diversos autores como uma alternativa à valorização económica, social e do ambiente dos mesmos e uma solução aos problemas enfrentados agora. O Turismo é elemento presente na conceptualização de parques nacionais e de outras categorias de manejo, além de ser um direito da população o acesso às riquezas naturais do seu país (SERRANO, 2001; p. 113).

O discurso dos benefícios económicos que o Turismo pode gerar para as áreas naturais protegidas é o mais divulgado, como cita Wearing e Neil (2001; p. 71). O turismo em áreas de protecção pode trazer crescentes benefícios económicos, tanto pelos gastos directos dos turistas quanto pelas oportunidades de emprego que gera, seja dentro do parque ou em áreas adjacentes. Porém, diversos outros benefícios sociais, além dos económicos do desenvolvimento dessa actividade, são defendidos pelos autores como Serrano (2001; p. 111) que destaca:

- i. A possibilidade de uma maior integração das áreas de conservação com comunidades locais e com a sociedade mais ampla;
- ii. A circulação de informação ambiental por programas educativos e da própria visita; - O aumento da oferta regional de espaços de recreação e lazer; - A adesão de visitantes às tarefas de fiscalização e;
- iii. A facilidade do controle sobre grupos organizados.

A divulgação da própria unidade e o estabelecimento de “redes” de interessados na sua manutenção (Boo 1992) e, conforme destacado pela Organização Mundial de Turismo (OMT) no Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA), citados por Costa (2002-a; p. 46), o turismo nestas áreas pode ser alternativa à:

- I. Geração de emprego local, tanto directa no sector turístico como nos diversos sectores auxiliar e de gestão de recursos; - Diversificação da economia local, em especial nas zonas rurais e no entorno, em que o emprego na agricultura é esporádico e insuficiente;
- II. Estímulo ao aperfeiçoamento das infra-estruturas de transporte e comunicação locais, com consequentes benefícios para a população local;
- III. Uma correcta organização, que possa proporcionar um mecanismo de auto financiamento para a manutenção do parque portanto, servir de instrumento para a conservação do património natural.

Esses factores realmente poderão transformar, de forma positiva, a situação actual problemática e de abandono da maioria dos parques nacionais, porém, isso somente ocorrerá se houver uma gestão adequada para o desenvolvimento da actividade turística, partindo-se da criação de um plano de manejo específico para cada unidade, realizado por profissionais capacitados, além da observação de itens imprescindíveis para que o Turismo possa encontrar um ponto de equilíbrio à conservação do meio natural e cultural.

Dentre eles pode citar: zoneamento ambiental, verificação da capacidade de carga, estudos do potencial turístico local, infra-estrutura adequada para receber os turistas, capacitação de

pessoal, estruturas de interpretação ambiental, programas de educação ambiental, existência de equipamentos de apoio e de segurança e serviços básicos para o turismo.

A partir de deste trabalho recomenda-se:

A sinalização dos lugares de observação das espécies;

- a) A fixação na entrada da reserva o mapa com os lugares, coordenadas Geográficas e hora de possível observação;
- b) No âmbito da relação da REM com a comunidade seleccionar e formar guias turistas para condução dos utentes a observar os animais;
- c) Divulgação às escolas da Cidade de Maputo e da Província das potencialidades turísticas REM.
- d) A elaboração de um guião/ Time Table que inclua, as coordenadas da localização dos Lodjes/acampamentos, horário abertura e do encerramento dos portões ao longo de todo o ano.

CAPÍTULO 7: CONCLUSÕES GERAIS

7.1. Introdução

As conclusões de um estudo exigem que o investigador faça a síntese do conjunto de resultados discutidos e coloque em evidência os elementos novos que o mesmo permitiu descobrir. O investigador reexamina o problema de investigação à luz dos resultados obtidos, determina se o objectivo a que se propôs foi atingido e explica de que modo eles confirmam ou não as hipóteses e apoiam o quadro teórico (Fortin, 2009).

Na perspectiva de responder à questão que orientou a presente investigação, até que ponto o mapeamento da localização de espécies relevantes poderá potenciar o turismo de contemplação.

O problema desta pesquisa foi: até que ponto o mapeamento da localização de espécies relevantes poderá potenciar o turismo de contemplação? Para a resposta desta questão traçaram-se os objectivos que se dividiram, em geral e específicos. O objectivo geral era o de elaborar um guião de identificação e localização das espécies mais relevantes para o turismo de contemplação na REM.

Os objectivos específicos pautavam-se em identificar as espécies mais relevantes para o turismo de contemplação na REM, mapear os lugares identificados com uso GRPS e elaborar o guião que contendo as principais informações sobre espécies mais relevantes para o turismo de contemplação na REM.

De acordo com a pesquisa em consonância com o problema e com os objectivos definidos conclui-se que: Em relação ao problema desta pesquisa com os resultados obtidos através dos inquiridos foi respondida de uma forma positiva, já que os 249 inquiridos afirmaram que com o mapeamento o fluxo dos utentes da REM acrescerá e conseqüentemente em cadeia as receitas aumentarão e a vida dos residentes dentro da reserva, da (zona) tampão e do próprio distrito de Matutuine melhorará.

Ainda no capítulo sobre análise e discussão dos resultados apresentam vários modelos de gestão aplicados no Brasil, África do Sul, Namíbia, Moçambique, Tanzânia, Botswana e no Camboja que circunscreve no seguinte:

1. Monitoramento do uso público,
2. Monitoramento do impacto do visitante,
3. Monitoramento da experiência do visitante e;
4. Monitoramento da eficácia da gestão.

Todavia o monitoramento de recursos naturais de base comunitária (MRNBC) como elemento inovador aparece como mais-valia por ser diferente dos programas tradicionais de monitoramento, pois permite que os membros da comunidade local determinem quais aspectos do recurso devem ser monitorados e, frequentemente, envolvem a participação pública na colecta e análise de dados.

É de salientar que relativamente ao mapeamento e a identificação das espécies mais relevantes para o turismo de contemplação os protocolos padronizados devem ser compartilhados para colecta de dados, relatórios e acompanhamento de tendências de longo prazo ajudam a fazer um guião/Time Table. (planificação da visita a REM tendo em conta que ela traz os principais lugares de possível observação dos animais e a horas).

No entanto, as partes interessadas externas fornecem treino de habilidades e realizam uma auditoria anual, e os dados são colectados com a permissão dos membros da equipa de conservação e realimentados na tomada de decisões. O conhecimento local é combinado com o conhecimento científico de especialistas externos, o que permite melhorar os sistemas de gestão.

No que concerne aos objectivos gerais/específicos, estes foram alcançados como mostram os resultados. Os inquiridos foram capazes de identificar as espécies relevantes para o turismo de contemplação/observação que foi objectivo geral e em ordem decrescente foram o Elefante, a Girafa, a Zebra, o Boi-cavalo e o hipopótamo.

Em seguida fez se o mapeamento dos lugares de possível observação e hora que são a planícies dos elefantes onde se pode observar o elefante, a zebra e o Boi-cavalo, no acesso difícil a Girafa, na estrada principal a Girafa, o Elefante, o Boi-cavalo e a Zebra, nas lagoas Max, Xingute e Mundi observa se o Hipopótamo. Por fim descreveu se as principais informações de cada uma das espécies relevante.

A hipótese desta pesquisa foi a seguinte: O mapeamento e identificação das espécies silvestres mais relevantes para o turismo de contemplação é importante para o aumento de fluxo de visitantes na reserva. Conforme Ashley e Barnes (1996), diz que no âmbito de programas de monitoramento introduzido na Namíbia como uma solução para a caça ilegal, bem como para promover oportunidades de turismo e apoiar a preservação da vida selvagem realizou-se um mapeamento dessas regiões que permitiu, as organizações conservacionistas iniciaram o movimento MRNBC, dando certos direitos às comunidades para se beneficiarem da vida selvagem em terras comunais, oportunidade de emprego e desenvolvimento local.

De acordo com (Eagles & McCool, 2002), o princípio básico do desenvolvimento do turismo em áreas protegidas é que as experiências dizem que dependem dos atributos da área e não devem comprometer os valores de conservação contidos dentro dela e a gestão competente.

Segundo (Cole, 2004; Jager et al., 2006; Worboys, et al., 2015), afirma que é essencial e não apenas para a protecção da área, mas para a realização do turismo sustentável.

A administração deve assegurar que os impactos dos visitantes estejam dentro de limites aceitáveis e possibilite as categorias de experiências apropriados para a área protegida e consistentes com os seus objectivos de conservação. Construir competência profissional é uma maneira de se tornar mais eficiente na tomada de decisões e implementação.

De acordo com McCool, S.F. and Moisey, R.N. (2008), identificam três áreas de competência profissional necessárias aos gestores de áreas protegidas em relação ao turismo:

1. Competências estratégicas: o pensamento de longo alcance sobre o papel de uma área protegida e como ela se encaixa nas necessidades e expectativas locais, regionais, nacionais e até internacionais.
2. Competências de planeamento: as necessidades específicas para integrar turismo, visitas e outras metas de gestão de áreas protegidas, além de abordar como a área protegida pode incentivar o desenvolvimento económico em uma área local.
3. Competências operacionais: as necessidades do dia-a-dia da gestão do turismo e visita.

Com efeito a ausência de um guião que permita ao turistas, e outros agentes de turismo terem um instrumento guia que permita planificar e organizar visitas ao REM enferma as reais potencialidades do turismo consequentemente baixa a renda, oportunidades de emprego para os locais e o fraco desenvolvimento do distrito. Nesta ordem os inqueridos validaram a pertinência da existência do guião.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida Junior, J. M. (1993). *Desenvolvimento sustentável: a unidade e a ética do planeta e da cidadania plena*. Brasília: Educação Brasileira.
- Alves, C. (2009). A importância do ecoturismo no património arquitectónico de Cabo Verde
- Alves, L.C., Andriolo, A., Orams, M.B. & Azevedo, A. F. (2013) Resource defence and dominance hierarchy in the boto during a provisioning program. *Acta Ethologica*
- ALVES, L. C. P. S., A. ANDRIOLO, M. B. ORAMS & A. F. AZEVEDO, 2013. Resource defence and dominance hierarchy in the boto (*Inia geoffrensis*) during a provisioning program. *Acta Ethologica* 16(1): 9-19. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10211-012-0132-2>.
- Ashley, C. and Barnes J. (1996). *Wildlife Use for Economic Gain: The Potential for Wildlife to Contribute to Development in Namibia*. DEA Research Discussion Paper No. 12. Windhoek, Namibia: Ministry of Environment and Tourism.
- Andy Drumm e Alan Moore (2003) *Desenvolvimento do Ecoturismo – Um Manual para Planejadores e Gestores de Conservação, Volume 1* by The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA
- Badru, H. (2017). *Distribuição de Zebras (Equus-quagga) na Reserva Nacional de Maputo (Monografia de Licenciatura)*. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique
- BARBETTA, P. A. (2006). *Estatística aplicada às ciências sociais*. 6. ed. Florianópolis: EdUFSC.
- Barros, P. (2003). *Valor económico da biodiversidade na Reserva Especial de Maputo (Monografia de Licenciatura)*. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique
- Beni, Mário Carlos, 2001, *Análise Estrutural do Turismo*, Quinta edição, Editora Senac, São Paulo
- BRASIL, (2009). *Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo: Curso de Segmentação do Turismo*. MTur/SEAD/UFSC, Florianópolis
- Biofund (2018). *Mapeamento e classificação de 'habitats'*. Disponível em: <http://www.biofund.org.mz/projects/mapeamento-e-classificacao-de-habitats>
- BOO, E. (1992). "Ecoturismo: Potenciales y Escollós". WWF. Washington, D.C.,
- Boyer, Marc, 2002, *Histoire de L'Invention du Tourisme, XVI – XIX siècles*, L'aube, essai
- Bull, Adrian, 1995, *The Economics of Travel and Tourism*, 2nd edition, Longman
- BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação – intenções e resultados*. 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003. *Qualificação a distância para o desenvolvimento do turismo: Curso de segmentação do turismo*. Mitur/SEAD/UFSC, Florianópolis.

BRITTO, J e FONTES, N. (2002): “Estratégia para eventos: uma óptica do marketing e do turismo”. Aleph, São Paulo

Cantero, L. M. (2016). Projeto de Investimento para a Criação de uma Cafeteria na Praia do Tofo. Estoril: Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril.

CALVENTE, M. (2001). O impacto do Turismo sobre as comunidade de ilha Bela. . são Paulo: Hucitec.

CEBALLOS-LASCURÁIN, HÉCTOR. (1993). El Turismo u las Areas Protegidas en Aamerica latina e caribe. Santiago de chile: FAO/PNUMA

Cervo, A.L; Bervian, P.A. (2002). Metodologia Científica. São Paulo: Printice Hall .

CHÁVEZ, E. y ROSABAL, P.M. (1993) “Ecoturismo em Áreas Protegidas”. In: Flora,

CUNHA, L. (2006). Economia e Política do Turismo. Lisboa: Editorial Verbo.

Cunha, Licínio 2010. <http://hdl.handle.net/10437/665>, acessado no dia 7.04.2020

CRESPO, António Arnot (2002). Estatística fácil. 17. ed. São Paulo: Saraiva,

Direcção Nacional das Áreas de Conservação -DNAC. (2009). Plano de gestão 2010-2014, Maputo Peace Parkfoundation

Direcção Nacional das Áreas de Conservação DNAC.(2018). <http://pubdocs.worldbank.org>

Decreto n 0 12/2002 de 6 de Julho que aprova o Regulamento de Floresta e Fauna Bravia.

Boletim da república, Publicação Oficial da república de Moçambique. Maputo, quinta-feira, 6 de Junho de 2002, I série-número 22

Dias, R (2003) Plajenamento do Turismo. S. Paulo: Altas S.A

Dias, R (2005) Introdução ao Turismo. S. Paulo: Altas S.A

Dias, R (2010) turismo sustentável e meio ambiente S. Paulo: Altas S.A

DENCKER, Adade Freitas Maneti. 1998. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: futura, 286 p. ID: 28688. Autores

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. (2000) Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. 4. ed. São Paulo: Futura.

DUFFUS, D. A.; DEARDEN, P. 1993. Recreational, valuation, and management of Killer whales (*Orcinus orca*) on Canada's Pacific coast. *Environmental Conservation*, 20 (2): 149-156.

Dutra, W. A. Tursimo é ...Revista Turismo Disponível em: <https://www.revistaturismo.com.br/materiasespecial/turismoe.html>>/. Visitado em 9 de novembro 2018 Fauna y áreas Silvestres. FAO/PNUMA. Santiago, Chile.

Decreto n 0 53/2015 de 31 de Dezembro que aprova o Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental. Boletim da república, Publicação Oficial da república de Moçambique. Maputo, Quinta- feira, 31 de Dezembro de 2015, I série-número 104

Denker, A. d. (1998). *Metodos e Tecnicas de Pesquisa em Turismo*. Sao Paulo: Futura

DINATUR. (2012). Evolução do turismo em Mocambique e as oportunidades Regionais. Maputo: DINATUR.

Dudley, N. (ed.) (2008). Guidelines for Applying Protected Area Management Categories. Gland, Switzerland: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/PAPS-016.pdf>. Accessed 1 April 2018.

Dudley, N., Shadie, P. and Stolton, S. (2013). Guidelines for Applying Protected Area Management Categories Including IUCN WCPA Best Practice Guidance on Recognising Protected Areas and Assigning Management Categories and Governance Types. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 21. Gland, Switzerland: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/node/30018>. Accessed 1 April 2018.

Eagles, P.F.J. and McCool, S.F. (2002). Tourism in National Parks and Protected Areas: Planning and Management. Wallingford, UK: CABI. <https://doi.org/10.1079/9780851995892.0000>

Eagles, P.F.J., Bowman, M.E. and Tao, C.-H.T. (2001). Guidelines for Tourism in Parks and Protected Areas of East Asia. Gland, Switzerland and Cambridge, UK: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/node/7934>. Accessed 28 March 2018.

Eagles, P.F.J., McCool, S.F. and Haynes, C. (2002). Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 8. Gland, Switzerland: IUCN. <https://portals.iucn.org/library/node/8024>. Accessed 28 March 2018. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2002.PAG.8.en>

I. N.E. (2014). Estatística da população do Distrito matutuíne a população. Maputo: INE.

FONSECA, RC (2009); livro de metodologia do trabalho científico, editora IESDE, Curitiba Brasil

FORTIN, M.F. (2003). *O Processo de Investigação*. Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Ltd.

GAMITO, Maria Teresa – As Áreas Protegidas: Fator de Desenvolvimento Local e Pólo de Atracção Regional [Em linha]. [Consulte fev. 2020]. Disponível em https://www.academia.edu/3094284/%C3%81reas_protegidas_Fator_de_desenvolvimento_local_e_p%C3%B3lo_de_atrac%C3%A7%C3%A3o_regional

Governo de São Paulo (2010) Secretaria do Meio Ambiente, Fundação Florestal: Ecoturismo: Caderno de Educação Ambiental. S.Paulo: SMA

GOLDBLATT, J. (2008): “*Special events: the roots and wings of celebration*”. 5.ª Ed. John Wiley & Sons, New Jersey.

Gil, A. C. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas.

Guambe, J. J. (2007). Contribuição do turismo no Desenvolvimento Local em Moçambique: Caso de Zona costeira de Inhambane. Maputo: UEM.

Hoyt, E. (2001). Whale watching 2001: Worldwide tourism numbers, expenditures, and expanding socioeconomic benefits. Special Report from the International Fund for Animal Welfare. YarmouthPort, MA, USA.

IL. Fonseca (2016). Áreas naturais protegidas, conservação e (eco) turismo: Uma reflexão conceitual. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. Disponível em www.eumed.net/rev/turydes/20/ecoturismo

José, Eldon José (2014) Modelação do Nicho ecológico dos elefantes (Reserva de Maputo). (Monografia de Licenciatura). Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique

LEVÍ (2012). *Contributos do Turismo de Natureza no Desenvolvimento do Parque Nacional de Gorongosa*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa.

LABES, Emerson Moisés (1998). Questionário: do planeamento à aplicação na pesquisa. Chapecó: Grifos,.

Lima, F., & Alves, J. (2011). Inovação no Sector do Turismo: Apontamentos do Processo Inovador Através do Estudo do Grupo PESTANA. Algarve: Book of Proceedings-International Conference on Tourism & Management Studies.

Lobo, H & Moretti. (2008). Ecooturismo: practicas da natureza e a natureza das practicas em bonito. *Revista brasileira de pesquisa de tursmo*, pp. 47-71.

Marulo. (2012). Turismo e meio ambiente: uma análise do ecoturismo e a sua contribuição sócio ambiental no Distrito Matutuine: caso da Reserva Especial de Maputo, Moçambique (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil

Mafuca, Jorge Mário; Boer, Fred De; Correia, Augusto Urbano (1999) Estudo da dieta de cinco espécies de herbívoros da Reserva Especial de Maputo pelo método de análise fecal. (Monografia de Licenciatura). Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique

Macamo, M. F. (2016). Desafios do turismo para o desenvolvimento local das comunidades costeiras do distrito de Matutuíne, Província de Maputo. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

Maputo, R.E. (n.d.). disponível em https://www.tripadvisor.com.br/AttractionProductReview-g293819-d15695604-Maputo_Special_Reserve_Elephant_Reserve-

MARUJO, N. (2014): “Os eventos turísticos como campo de estudo académico”. *TURyDES – Revista Turismo y Desarrollo Local Sostenible*, 7(17), p. 1-11.

MARUJO (2014): “Turismo e eventos especiais: a Festa da Flor na Ilha da Madeira”. *Tourism & Management Studies*, 10(2), p. 26-3.

MUCHANGOS(1999) Anicetos dos Muchangos. Moçambique, Paisagens e Regiões Naturais. Maputo.

Morreira, P. N. (2008). Análise das potencialidades do desenvolvimento sustentável do turismo de observação de baleias, whale watching, na costa de bahia, brazil. Bahia: UESC

Matutuine (2013). Plano Estrategico de Desenvolvimento do Distrito de Matutuine.Maputo: Governo distrital

MATHIESON, A. e Wall, G. (1982) *Tourism, Economic, Physical and Social Impacts*. Londres: Longman

MCKERHER. B. (2002). Turismo de Natureza: Planejamento e Sustentabilidade.

McCool, S.F. and Moisey, R.N. (2008). 'Introduction: Pathways and Pitfalls in the Search for Sustainable Tourism'. In: S.F.

MITUR. (2004). Plano estrategico para o desenvolvimento do turismo.Maputo: MITUR

Miller, A.B., Leung, Y.-F. and Lu, D.-J. (2012). 'Community-based Monitoring of Tourism Resources as a Tool for Supporting the Convention on Biological Diversity Targets: A Preliminary Global Assessment'. *Parks* 18(2):120-134.

<https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2012.PARKS-18-2> AM.en Miller, G. and Twining-Ward, L. (2005). *Monitoring for a Sustainable Tourism Transition: The Challenge of Developing and Using Indicators*. Wallingford, UK: CABI.

MILANO, Miguel Serediuk (2001). Unidades de conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: *Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação*. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 3 a 1.

MILANO, Miguel Serediuk Porque existem as unidades de conservação? In: *Unidades de Conservação: atualidades e tendências*. Org. Miguel Serediuk Milano. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 193 a 208.

MORSELLO, Carla. *Áreas protegidas públicas e privadas – seleção e manejo*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

Muita, Z. (2017). Influência das queimadas na frequência do Chango (*Reduncaarundinum*) na planície dosChangos, Reserva Nacional de Maputo.(Monografia de Licenciatura). Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.

Munoz F.E (1993) *Turopoloperadores e Produccion del Turismo UNCTAD*. N.York

Ntela, P. B.T. (2013) *Ecoturismo em áreas protegidas em Moçambique, Estudo de caso da reserva Especial de Maputo*, Dissertação de pôs graduação. Universidade de São Paulo

O Neil, S. W. (2001). *Ecoturismo: impactos. Potencialidades e possibilidade* São Paulo:

Manole

OLIVEIRA, J. B. (2005) Turismo e Desenvolvimento-Planejamento e Organização. 3ª ed. S. Paulo: Atlas SA. 2001.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz (2002) Metodologia científica aplicada ao direito. São Paulo: Pioneira Thomson Learning,.

ORAMS, M. B. (1996). A conceptual model of tourist-wildlife interaction: The case for education as a management strategy. Australian Geographer.

ORAMS, M. B. (1996). Tourism and marine wildlife: the wild dolphin of Tangalooma, Australia. Anthrozois.

ORAMS, M. B. (2002). Feeding wildlife as tourism attraction: issues and impacts. Tourism management.

ORAMS, M. B. (1995). Towards a more desirable form of ecotourism. Tourism Management, 16 (1): 3-8.

ORAMS, M. B. (1996). A conceptual model of tourist-wildlife interaction: The case for education as a management strategy. Australian Geographer 27(1):

ORAMS, M. B. (2000.) Tourists getting close to whales, is it what whale-watching is all about? Tourism Management, 21 (1): 561-569.

ORAMS, M. B. (2001). From whale hunting to whale watching in Tonga: a sustainable future? Journal of Sustainable Tourism, 9(2): 128-146.

ORAMS, M. B., (2002). Feeding wildlife as a tourism attraction: issues and impacts. Tourism

Organization, W. T. (2016). Annual report . Retrieved Janeiro 12, 2020, from <<http://step.unwto.org/>>.

O.M./T (1999). Tourism, Environment and Sustainable Development, Environment Conservation, Código mundial de ética do turismo. Madrid O. M. T (2003). Turismo Internacional: Uma perspectiva Global. Porto Alegre: Bookman

O. M. T (2001). Introdução ao Turismo Internacional. São Paulo: Roca

Os melhores destinos para observação de baleias na África Disponível em: <https://blog.rhinoafrica.com/pt/2018/07/05/observacao-de-baleias-na-africa-do-sul/>. Visitado em 9 de novembro

Organização Mundial de Turismo OMT (2016) Relatório Anual de Turismo. Disponível em <https://www.unwto.org/archive/global/publication/unwto-annual-report-20161>

Organização Mundial de Turismo OMT (2012) Turismo e Alívio a pobreza disponível em [http://step.unwto.org/A Iniciativa Turismo Sustentável da OMC - Eliminando a Pobreza \(ST-EP\)](http://step.unwto.org/A%20Iniciativa%20Turismo%20Sustentavel%20da%20OMC%20-%20Eliminando%20a%20Pobreza%20(ST-EP)%20promove%20o%20alivio%20da%20pobreza%20por%20meio%20da%20prestacao%20de%20assistencia%20a%20projectos%20sustentaveis) promove o alívio da pobreza por meio da prestação de assistência a projectos sustentáveis

PORIA, Yaniv; BUTLER, Richard (2003); AIREY, David. The core of heritage tourism. Annals of tourism research, v. 30, nº 12003.

Portuguez. A. (coord.), júnior. (2012). Turismo, Espaço e Estratégia de Desenvolvimento local. Paraiba

PDUT (2012) PLANO DISTRITAL DE USO DA TERRA DISTRITO DE MATUTUÍNE international journal of tourism research, Chichester, v. 4, nº 4, p. 313-323, jul./aug. 2002.

Plumptre, A.J., Kayitare, A., Ranier, H., Gray, M., Munanura, I., Barakabuye, N., Asuma, S., Sivha, M. and Namara, A. (2004). 'The Socio-Economic Status of People Living Near Protected Areas in the Central Albertine Rift'. Albertine Rift Technical Reports 4. New York: Wildlife Conservation Society.

REM (2018) RELATORIO DAS ACTIVIDADES DA RESERVA ESPECIAL DE MAPUTO

ROMAGNOLI, F. C., V. M. F. SILVA, S. P. NELSON & G. H. SHEPARD-JR., 2011. Proposta para o turismo de interação com botos-vermelhos (*Inia geoffrensis*): como trilhar o caminho do ecoturismo? Revista Brasileira de Ecoturismo 4(3): 463-480.

SILVA, Renata; TAFNER, Elisabeth Penzlien (2006). Apostila de metodologia científica. Brusque: ASSEVIM – Associação Educacional do Vale do Itajaí-Mirim,)

Ramon, E. E. (2000). *Evolucao do Ecoturismo*. Cosmoplies des

REM (2018) Relatório de actividades da Reserva Especial de Maputo

Romagnoli, F.C., Silva, V.M., Nelson, S.P. & Shepard-Jr (2001) Proposta para o turismo de interação com botos vermelhos: como trilhar o caminho do ecoturismo: revista brasileira do ecoturismo.

Reserva de Maputo recebe 1,500 animais em 43 dias de repovoamento Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/reserva-de-maputo-recebe-1500-animais-em-43-dias-de-repovoamento-8735480.html>

RODRIGUÊS, A. B. (2002). *Turismo e Desenvolvimento local*. São Paulo: Editora Hucitec.

RUSCHMANN, D.. (1997). Turismo e Planejamento sustentável: A protecção do Meio Ambiente. São Paulo: Atlas

SANTOS, S. R. & P. C. SANTOS, (2011). Área de Protecção Ambiental do Maracanã em São Luís (Maranhão, Brasil): aspectos sócio ambientais e o desenvolvimento local na atividade turística. Turismo e Sociedade 4(1): 71-90. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v4i1.21383>.

SHACKLEY, M. (1996). Turismo de Vida Selvagem - PATA Sustainability & amp - Pacífico Asiático disponível em. <https://sustain.pata.org/wp-content/uploads/2014/12/WildlifeTourism-impacts>

LOBO, H. A. S. & E. C. MORETI, (2008). Ecoturismo: as práticas da natureza e a natureza das práticas em Bonito, MS. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo 2(1): 43-71.

[safari-reserva-maputo/\(n.d.\)](https://www.civitatis.com/pt/maputo/safari-reserva-maputo/) visitado em Novembro 14, 2019, disponível em https://www.civitatis.com/pt/maputo/safari-reserva-maputo

Silva J.M (2017) Turismo de Observação de Mamíferos Aquáticos Benéficos, Impactos e estratégia Revista Brasileira de Ecoturismo, S.Paulo

SIOMONTH (2015) conservation priorities for conservation

SILBERBERG (1995), Ted. Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage s. Tourism

management, v. 16, nº 5, p. 361-365, aug. 1995

Smith, H. & Smith, B. (2008) Reducing risk interactions between tourist and free-ranging dolphins in artificial feeding program at Monkey Mia, Western Australia Tourism Management.

SMITH, H., A. SAMUELS & S. BRADLEY, (2008).Reduzindo as interações de risco entre turistas e livremente actividades ao ar em um programa de alimentação artificial em Monkey Mia , Austrália Ocidental. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/247231028>

Teixeira,E.B.(200).Disponível em <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84>. visitado em Janeiro 7, 2020

THEOBALD, William F. (2001). Turismo global. Tradução: Anna Maria Capovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino e João Ricardo Barros Penteado. 2. Ed. São Paulo: SENAC

Tribe, John, (1997), The Indiscipline of Tourism, Annals of Tourism Research, vol. 24, nº 3 pp. 638-657 Tribe, John, (2006), The Truth About Tourism, Annals of Tourism Research, vol. 33, nº2 pp. 360- 381

[wiki/Elefante](https://pt.wikipedia.org/wiki/ntewiki/Elefante).(n.d.).visitado em Novembro 14, 2019, disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/ntewiki/Elefante>.

[wiki/Hipopotamo](https://pt.wikipedia.org/wiki/ntewiki/Hipopotamo).(n.d.).visitado em Novembro 14, 2019, disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/ntewiki/Hipopotamo>

[wiki/Zebra](https://pt.wikipedia.org/wiki/ntewiki/Zebra)(n.d.).visitado em Novembro 14, 2019, disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/ntewiki/Zebra>

[wiki/Gun](https://pt.wikipedia.org/wiki/ntewiki/Gun).(n.d.).visitado em Novembro 14, 2019, disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/ntewiki/Gun>

[wiki/Girafa](https://pt.wikipedia.org/wiki/ntewiki/Girafa).(n.d.).visitado em Novembro 14, 2019, disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/ntewiki/Girafa>

[wiki/Hipopotamo](https://pt.wikipedia.org/wiki/ntewiki/Hipopotamo).(n.d.).visitado em Novembro 14, 2019, disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/ntewiki/Hipopotamo>

Vidal, M. D. (2018). Turismo Interativo com Botos (*Inia geffrensis*) No Baixo Rio Negro Amazonia Central. MANAUS-AMZONAS: Universidade Federal de Amazonas.

VIVEIROS DECASTRO,E.;SOUZA,T.V.S.B.;THAPA,B.2 Determinants of tourism attractiveness in national parks of Brazil. PARKS. The International Journal of Protected Areas and Conservation, 21(2): 51-62

International Union for Conservation of Nature, IUCN (2009). Disponível em http://www.cectalksnature.org/_literature_125750/MPA_Communications_Planning_Hadbook. Accessed 15 February 2017.

International Union for Conservation of Nature, IUCN (2012a). IUCN Conservation Outlook Assessments—Guidelines for their Application to Natural World Heritage Sites. Disponível

https://www.iucn.org/sites/dev/files/import/downloads/guidelines___iucn_conservation_outlook_assessments_08_12.pdf

Anexos

Anexo1

Coordenadas de GPS

Nome	Tipo	X_Coord	Y_Coord
Balule	Acampamento de Descanço	31.7290400	-24.0560000
Bateleur	Acampamento do Mato	31.2023300	-23.2340600
Berg-en-Dal	Acampamento de Descanço	31.4512200	-25.4200100
Biyamati	Acampamento do Mato	31.6990300	-25.3212200
Trilhas Boesman	Acampamento de Trilhas	31.3604200	-23.6076300
Boulders	Acampamento de Descanço	31.3792300	-23.6076300
Ponte Crocodile	Acampamento de Descanço	31.8923600	-25.3584300
Letaba	Acampamento de Descanço	31.5767300	-23.8510200
Lower Sabie	Acampamento de Descanço	31.9172700	-25.1210600
Malelane	Acampamento de Descanço	31.5089000	-25.4723500
Maroela	Acampamento de Caravanas	31.3995000	-24.4562800
Trilhas Metsimetsi	Acampamento de Trilhas	31.9131400	-24.7464600
Malelane	Acampamento de Descanço	31.5089000	-25.4723500
Mopani	Acampamento de Descanço	31.3998300	-23.5274400
Trilhas Napi	Acampamento de Trilhas	31.4379200	-25.1617300
Trilhas Njalaland	Acampamento de Trilhas	31.0856000	-22.5129000
Olifants	Acampamento de Descanço	31.7402200	-24.0056500

Trilhas Olifants	Campo de Trilhas	31.8006400	-23.9963100
Orpen	Acampamento de Descanço	31.3910600	-24.4747000
Pretoriuskop	Acampamento de Descanço	31.2692800	-25.1722500
Punda Maria	Acampamento de Descanço	31.0161100	-22.6954900
Roodewal	Acampamento de Descanço	31.6304300	-24.1440000
Satara	Acampamento de Descanço	31.7777800	-24.3976800
Shimuwini	Acampamento do Mato	31.2716900	-23.7111700
Shingwedzi	Acampamento de descanso	31.4323800	-23.1161700
Sirheni	Acampamento do Mato	31.2309300	-22.9493800
Skukuza	Acampamento de Descanço	31.5928700	-24.9954000
Trilhas Sweni	Campo de Trilhas	31.9262400	-24.4892700
Talamati	Acampamento do Mato	31.5551300	-24.5573700
Tamboti	Acampamento de Tendas	31.3984200	-24.4617700
Tsendze	Local de Campismo	31.4408200	-23.5559500
Trilhas Wolhuter	Campo de Trilhas	31.3929200	-25.3720100
KaDirk	Local de Campismo	31.96654	-25.1662000
KaMorageng	Local de Campismo	31.82423	-25.1317000
Lonely Bull	Local de Campismo	31.38733	-23.7488000

Anexo 2

Horário dos portões

Os retardatários nos portões de entrada serão recusados a entrada, enquanto os infractores nos acampamentos de descanso serão advertidos e multados se forem reincidentes.

	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agos	Set	Out	Nov	Dez
Portões de entrada abrem	05:30	05:30	05:30	06:00	06:00	06:00	06:00	06:00	06:00	05:30	05:30	05:30
Portões de acampamentos abrem	04:30	05:30	05:30	06:00	06:00	06:00	06:00	06:00	06:00	05:30	04:30	04:30
Todos os Portões fecham	18:30	18:30	18:00	18:00	17:30	17:30	17:30	18:00	18:00	18:00	18:30	18:30